



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

FRANK WILLEN GOMES OLIVEIRA

RESISTÊNCIA, PRODUÇÃO CAMPESINA E DESENVOLVIMENTO
CONTEMPORÂNEO: Uma análise do PAM Jardim São Cristóvão II

São Luís

2021

FRANK WILLEN GOMES OLIVEIRA

**RESISTÊNCIA, PRODUÇÃO CAMPESINA E DESENVOLVIMENTO
CONTEMPORÂNEO: Uma análise do PAM Jardim São Cristóvão II**

Monografia apresentada ao curso de Geografia
Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão
– UEMA para a obtenção do grau de Licenciado em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Terra

São Luís

2021

Oliveira, Frank Willen Gomes.

Resistência, produção campestina e desenvolvimento contemporâneo: uma análise do PAM Jardim São Cristóvão II / Frank Willen Gomes Oliveira. – São Luís, 2021.

76 f.

Monografia (Graduação) – Curso de Geografia Licenciatura, Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Terra.

*Dedico essa conquista aos meus pais,
Lídio Sousa Oliveira e Lourdimar Gomes,
minha esposa Mickaele Cristina Lima
Oliveira e aos meus filhos, Arthur Willen
Alves Oliveira e João Willen Lima
Oliveira a quem tenho como referências.*

FRANK WILLEN GOMES OLIVEIRA

**RESISTÊNCIA, PRODUÇÃO CAMPESINA E DESENVOLVIMENTO
CONTEMPORÂNEO: Uma análise do PAM Jardim São Cristóvão II**

Monografia apresentada ao curso de Geografia
Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão
– UEMA para a obtenção do grau de Licenciado em
Geografia.

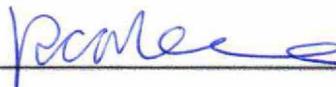
Aprovada em: 18 / 01 / 2022

BANCA EXAMINADORA



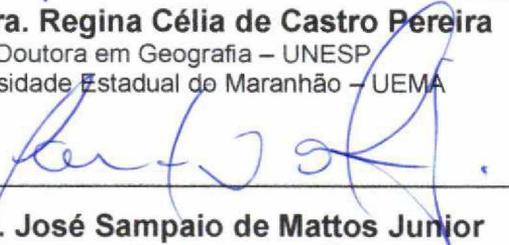
**Prof. Dr. Ademir Terra
(Orientador)**

Doutor em Geografia – UNESP
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA



Prof. Dra. Regina Célia de Castro Pereira

Doutora em Geografia – UNESP
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA



Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Junior

Doutor em Geografia – UNESP
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

AGRADECIMENTOS

Inicialmente venho agradecer a Deus por mais essa oportunidade e conquista, também por me dar encorajamento para completar essa etapa na minha vida. Agradeço aos meus familiares que estão sempre ao meu lado, principalmente aos meus pais Lidio Sousa Oliveira e Lourdimar Gomes que sempre me deram todo o apoio necessário para seguir caminhando e pelo incentivo de buscar sempre o melhor para minha vida.

Também a minha esposa Mickaele Cristina Lima Oliveira, essa mulher maravilhosa e companheira que está sempre ao meu lado me cuidando e me dando toda a atenção necessária, esse sonho de finalizar a universidade conquistamos juntos, será sempre uma conquista nossa, Obrigado.

Aos meus filhos, Arthur Willen Alves Oliveira e João Willen Lima Oliveira, da qual tenho a oportunidade de tê-los como descendentes e, portanto, me ensinam diariamente como ser um genitor responsável para eles.

Aos meus irmãos, Marcos Antônio Gomes Oliveira, Elizabeth Gomes Oliveira e Ismailem Gomes Oliveira, que são companheiros de vida e acompanharam grande parte do meu percurso durante a minha caminhada e existência.

Agradecer também ao meu orientador Ademir Terra, tenho muita gratidão por você ter acreditado em mim em toda essa trajetória durante o período acadêmico, principalmente pela amizade e puxões de orelha, muito grato pelas suas horas dedicadas a ajudar-me com os trabalhos publicados, ensinamentos e dedicação a ciência geográfica que sempre nos serviu de espelho e inspiração.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais – GEPQAM, pelas horas de estudos da qual tivemos juntos dentro a universidade debatendo sobre os estudos agrários que foram de total importância para minha carreira acadêmica, aos componentes Antônio José, Givanilson e Vanderson Rodrigues que foram sempre dedicados a ajudar aos demais membros desse grupo a compreenderem sobre as complexidades do campesinato e dos conflitos agrários.

A Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, por toda a estrutura que é concedida aos alunos de todas as ciências que são inseridas e estimuladas no nosso campus, também agradecer a todos os incentivos que foram cedidos a mim através das bolsas que ajudaram a integrar minhas pesquisas.

Ao curso de Geografia Licenciatura que é o melhor curso que eu poderia ter feito dentro da universidade, não me arrependo em nenhum momento de ter escolhido este curso para minha formação. A todos os professores e professoras que estão ali diariamente batalhando, ensinando e fazendo pesquisa. Todos eles estão na busca árdua de melhorias para o curso de geografia.

Aos amigos do grupo Geoestudos, Janderson Rocha, João Gabriel, Marcos Vinicius e Vanderson Viana pelas horas de estudos feitos e trabalhos apresentados durante as disciplinas, pela amizade em todo esse período de graduação e pela camaradagem concedida para que pudéssemos nos ajudar dentro da cada tarefa efetuada na nossa área de estudo.

Agradecer a minha turma de graduação de 2016 Henrique Coelho, Alex da Silva, Carlos André, Elayne veloso, Poliana Carvalho, Wibson Luis, Chirlene Pessoa e a todos os demais que estavam nessa turma que lutou bastante para se graduar nessa ciência que é fruto de muito suor e batalhas, reconheço as dificuldades e esforços que tivemos que enfrentar e tudo o que fizemos juntos em todas as disciplinas.

Também é necessário agradecer a todos os assentados do PAM Jardim São Cristóvão II, a todos os que nos receberam de braços abertos a nos ouvir e conhecer mais sobre a proposta de extensão, também ao presidente em exercício Neudo José Araújo que nos recebeu de braços abertos e nos apresentou todo o histórico do assentamento.

Desta forma, também a quem não foi mencionado nesses agradecimentos, mas que fez parte desse percurso, deixo meus profundos agradecimentos por tudo o que fizeram por mim e pela minha vida dentro da universidade.

*“Que o povo camponês
Caminhe em busca da paz
Mesmo sendo diferente
Que sejam todos iguais
Respeito a diversidade
Terra, casa e liberdade
Saúde e educação
Exercer cidadania
A plena soberania
De norte a sul deste chão.*

*Um grito de Liberdade
Entoa neste Brasil
Vamos quebrar as correntes
Deste solo varonil
Terra é mãe, Terra é vida
Ó terra mal repartida
Vamos plantar a semente
No campo fazer germinar
E de fato se tornar
Uma pátria independente. ”
João Muniz, 2010.*

RESUMO

O campesinato no Brasil é ainda um conjunto de ações e práticas que devem ser apresentadas nos debates e trabalhos que visam um estudo amplo dessa ciência que a cada dia está sendo dizimada pela agricultura mecanizada. Os agricultores rurais vivem uma utopia em termos de reforma agrária que durante anos foi enfatizada pelos governos e nos dias atuais os camponeses ainda aguardam receber a terra que lhe foi prometida para inclusão de uma produção campezina decente. Assim, esse trabalho é resultado da pesquisa de extensão da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e do Grupo de Estudos Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais – GEPQAM, fazendo presente durante um ano dentro do Projeto de Assentamento Municipal – PAM Jardim São Cristóvão II conhecendo e aprendendo sobre as técnicas de produção campezina que é um dos meios de sustento dos agricultores locais da capital Ludovicense, este que ainda estão resistindo ao o avanço da urbanização que está diminuindo ainda mais o espaço da produção campezina local, para inserção de grandes projetos de especulação imobiliária. Com essa perspectiva tivemos como objetivo geral desse projeto compreender e analisar as implicações decorrentes do processo de uso do território do PAM, verificando a sua dimensão espacial e produtiva, bem como a sua importância sobre a produção agrícola e sua continuidade frente a expansão urbana e resistência socioterritorial. E para compreender essa dinâmica local nós utilizamos como método materialismo histórico dialético fundamentado em Marx que nos faz compreender a história destes camponeses conforme a sua necessidade produtiva, assim como a sua luta de classe, organização histórica e reprodução cultural. Também obtivemos resultados usando o método qualitativo para analisar a atual conjuntura social apresentada pelos associados, e o uso da pesquisa descritiva para compreender a vivência e a relação dos atores inseridos nesse projeto. Com isso tivemos como resultado uma compreensão melhor sobre as dinâmicas de produção local, a reprodução cultural do assentamento, assim como a sua importância alimentar contribuindo diariamente aos diversos mercados e feiras da capital Ludovicense, colocando alimento na mesa de milhares de famílias que residem dentro da capital.

Palavras-Chave: Resistencia, Produção Campezina, Desenvolvimento Contemporâneo.

ABSTRACT

The peasantry in Brazil is still a set of actions and practices that must be presented in debates and works aimed at a broad study of this science that is being decimated every day by mechanized agriculture. Rural farmers live a utopia in terms of agrarian reform that for years has been emphasized by governments and today, peasants are still waiting to receive the land they were promised to include in decent peasant production. Thus, this work is the result of the extension research of the State University of Maranhão - UEMA and the Study Group on the Agrarian Question and Social Movements - GEPQAM, being present during a year within the Municipal Settlement Project - PAM Jardim São Cristóvão II getting to know and learning about the techniques of peasant production that is one of the means of livelihood for local farmers in the capital Ludovissence, who are still resisting the advance of urbanization that is further reducing the space of local peasant production, for the insertion of large projects of real estate speculation. With this perspective, we had the general objective of this project to understand and analyze the implications arising from the process of using the PAM territory, verifying its spatial and productive dimension, as well as its importance on agricultural production and its continuity in the face of urban expansion and resistance. socioterritorial. And to understand this local dynamics we use as a method dialectical historical materialism based on Marx that makes us understand the history of these peasants according to their productive need, as well as their class struggle, historical organization and cultural reproduction. We also obtained results using the qualitative method to analyze the current social situation presented by the associates, and the use of descriptive research to understand the experience and the relationship of the actors inserted in this project. As a result, we had a better understanding of the dynamics of local production, the cultural reproduction of the settlement, as well as its food importance, contributing daily to the various markets and fairs of the capital Ludovissence, putting food on the table of thousands of families residing within the capital.

Keywords: Resistance, Peasant Production, Contemporary Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica do município de São Luís.....	39
Figura 2 – Mapa de localização do assentamento Jardim São Cristóvão II.....	41
Figura 3 – Faixa de ocupação do bairro São Cristóvão em 1985.....	45
Figura 4 – Extensão urbana dos bairros próximos ao assentamento 2020.....	46

FOTOS

Foto 1 – Plantação de coco associada ao projeto de frutas tropicais EMBRAPA.....	50
Foto 2 – Silo abandonado do projeto de criação de galinha.....	54
Foto 3 – Produtos da horticultura irrigada nos lotes individuais do PAM.....	55
Foto 4 – Minicurso cedido pelo GEPQAM/UEMA para os assentados do PAM Jardim São Cristóvão II.....	58
Foto 5 – Pesquisadores, palestrantes, presidente e associados do PAM após o minicurso.....	60

TABELAS

Tabela 1 – Projetos de assentamentos - PA implantados no Brasil 1985 a 2018.....	24
Tabela 2 – Lista de polos agrícolas inclusos na Microrregião da Aglomeração Urbana da Ilha.....	52

LISTA DE SIGLAS

AGERP – Agencia Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão

CAFIR – Cadastro Federal de Imóveis Rurais

CEASA – Central Estadual de Abastecimento

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EMAPA – Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Extensão Rural

FHC – Fernando Henrique Cardoso

GEPQAM – Grupo de Estudos sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PA – Projeto de Assentamento

PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista

PAM – Projeto de Assentamento Municipal

PAQ – Projeto de Assentamento Quilombola

PCA – Projeto de Assentamento Casulo

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDAS – Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável

PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PE – Projeto de Assentamento Estadual

PEA – População Economicamente Ativa

PIBEX – Programa Institucional de Bolsas de Extensão

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PPA – Plano Plurianual

PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PROCERA – Programa de Crédito Especial para Áreas da Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAM – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

PT – Partido dos Trabalhadores

RESEX – Reserva Extrativista

SAGRIMA – Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca

SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL	17
2.1. A progressão latifundiária, lei de terras, período industrial e o papel das ligas camponesas	18
2.2. O processo de regularização dos assentamentos a partir da criação do INCRA	23
3. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE, COMO COMPREENDER ESSES CONCEITOS NO CAMPESINATO?	28
Territorialidade e território camponês	29
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	37
5.1. Caracterização da área de estudo	40
5.2. Concepção e características do campesinato na capital Ludovissence	43
5.3. A construção de saberes e a prática desenvolvida no assentamento a partir da bolsa de extensão UEMA	48
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	65
ANEXOS.....	71
APÊNDICE	74

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade, compreende-se que há uma necessidade em conhecer e analisar as unidades de produção rurais inseridas dentro do obsoleto projeto de reforma agrária implantado pelos órgãos governamentais para cooperar com o homem do campo, estes órgãos que no presente são responsáveis pela inclusão e acompanhamento dos assentamentos de reforma agrária implantados no Brasil. Mais precisamente, compreende-se que nos dias de hoje os Projetos de Assentamento – PAs situam-se como unidades territoriais de grande importância para a incluir e manter o homem do campo em sua principal fonte de trabalho familiar, sendo estas unidades um fator de grande relevância para os camponeses que ainda sobrevivem dentro de uma realidade bastante estudada.

Com essa perspectiva, este trabalho busca se tornar relevante a ponto de contribuir ainda mais para os estudos dos assentamentos de reforma agrária no Estado do Maranhão, atentando para os problemas apresentados na estrutura das políticas de assentamento e suas possíveis soluções. E deste modo, evidenciar os aspectos sociais, econômicos, políticos e ambientais que são necessários para manutenção do uso das unidades produtivas, gerenciamento das terras nas PAs e desempenho ativo das associações locais inseridas nelas.

Compreende-se que na atualidade os assentamentos rurais são importantes para estabelecer relações sociais, relações de trabalho e vivências juntamente ao seu grupo, que em conjunto, buscam formas de financiar suas atividades produtivas e fomentam recursos para melhorar e consolidar sua relação com a terra, promovendo melhorias para as famílias assentadas afim de fornecer produtos do campo para a mesa milhões de famílias que se alimentam diariamente com os recursos e mantimentos do campo.

A área a ser analisada desta estrutura teórica é a política de assentamento que é a proposta de reforma agrária implantada pelo Governo Federal através do INCRA para inclusão dos camponeses dentro das perspectivas de manutenção da terra, e também para contribuir com a manutenção da estrutura campesina ideal para diminuir os conflitos no campo. Terras que são resultados de muita luta e sangue derramado em décadas de embates entre camponeses e as grandes corporações que

abusam do poder do capital para expulsar as famílias de suas terras, afim de incluir grandes propriedades agrícolas privadas com finalidade de explorar a mão de obra barata e cultivo de monocultura para abastecer o mercado externo na produção em grande escala.

Portanto, viemos nesse trabalho apresentar a relação territorial e produtiva da comunidade do PAM Jardim São Cristóvão II, que é representada atualmente pela Associação dos Horticultores do Assentamento Jardim São Cristóvão II localizado dentro da área rural do cinturão verde do município de São Luís – MA, que durante o período de 2018 a 2019 vivenciamos com assiduidade, e nos inserimos dentro do assentamento para compreender a relação produtiva dos camponeses a partir do projeto de extensão intitulado Organização Territorial: usos e desusos do território do cinturão verde de São Luís – MA do Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX, financiado pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Assim, juntamente ao auxílio dado para essa pesquisa pela UEMA tivemos também que fazer uso e contar com o assessoramento e amparo do Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais – GEPQAM, este grupo na qual foi um dos principais responsáveis pelo andamento da pesquisa.

No estudo proposto sobre esse assentamento temos que evidenciar a importância da Geografia Agrária e reconhecer a sua contribuição para desvendar as dinâmicas socioespaciais do meio em que está inserida. Assim, faz-se necessário compreender os fatos e as formas de produção agrícola e reconhecer que estes camponeses têm um conhecimento apurado sobre as peculiaridades do solo, do relevo, do abastecimento de água natural, do clima e da vegetação. Mostram-se apegados ao seu modo de vida, cuja manutenção, lhes impõe cotidianamente, uma pesada carga de esforço, que nem sempre é exitoso e justamente recompensado.

Com esse pensamento, buscamos analisar e apresentar nesse documento dados e informações acerca dos estudos relacionados ao campesinato, economia familiar, comercialização, resistência e os vários problemas encontrados pelos camponeses com o crescimento urbano que a cada dia limita ainda mais o território dos camponeses que ali trabalham.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL

Em nosso país, temos conhecimento baseado nas literaturas que o processo de concentração fundiária é formado a partir da colonização do Brasil impulsionado por Portugal para exploração da colônia, e isso influenciou diretamente na ocupação da formação do desenvolvimento da propriedade privada rural. Desta forma, a estrutura agrária inserida neste território é fruto do objetivo de colonização caracterizado pelo poderio econômico português que se assegurava na medida em que os exploradores expandiam o território em busca de mais terras para promover o domínio jurídico e econômico da coroa portuguesa.

Para compreender melhor sobre esse processo, nos baseamos na obra História Econômica do Brasil do autor Caio Prado Júnior que nos faz compreender esse processo de formação econômica, e nos faz entender que as circunstâncias dessa exploração se deu a partir da necessidade da expansão europeia em encontrar rotas comerciais para o desenvolvimento do comércio continental europeu.

Desta forma, o autor afirma que:

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era a que se convencionou com razão chamar de "descobrimientos", articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e a colonização das ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores (PRADO JR., 2006, p. 13).

Com esse mesmo pensamento o autor afirma que a necessidade dessa colonização não buscava "organizar uma colonização de povoamento e sim a produção de gêneros que interessassem a seu comércio". E para se implantar nesse território um modelo de agricultura exploratória o europeu viria como "dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso, mas só a contragosto como trabalhador" (PRADO JR., 1961, p. 16,17, 18, 19 e 23).

Esses representantes portugueses foram assentados em grandes propriedades, insuflando em suas grandes produções monocultoras o trabalho escravo que também era fruto da exploração portuguesa no continente africano. E a partir desse modelo de produção, compreende-se a colonização como uma ampla empresa comercial que viabilizava a exploração dos recursos naturais da época. Esta mesma destinada proporcionar e fornecer “açúcar, tabaco, [...]”; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café para o comércio europeu” (PRADO JR., 1961, p. 252-256).

Nessa perspectiva possuímos a compreensão que esse processo de formação nos competiria a enfatizar a hipótese da tese pré-capitalista na formação histórica desse modelo Brasil colonial, com base na inserção da colonização no território para acumulação de riquezas e na observância de que nesse período Portugal seria uma nação empreendedora em ascensão fornecendo riquezas e recursos a sua nação como também a vários países europeus.

São sobretudo estas circunstâncias que determinarão o tipo de exploração agrária adotada no Brasil: a grande propriedade. A mesma coisa aliás se verificou em todas as colônias tropicais e subtropicais da América. O clima terá um papel decisivo na discriminação dos tipos agrários (PRADO JR., 2006, p. 31).

Em todo esse debate sobre a formação da questão agrária no Brasil, a terra sempre foi um componente que gerou grande polêmica a partir da compreensão de que todo o desenvolvimento de uma população está associado a terra, assim como ao seu uso, ou ao que essa mesma pode proporcionar aos homens que dependem da terra para seu trabalho. Com isso, compreende-se que a partir dessa formação capitalista gerada no período colonial proporcionou uma grande problematização a partir do grande legado histórico gerado na concentração de terras pela política de colonização que beneficiou os grandes proprietários ligados a coroa portuguesa.

2.1. A progressão latifundiária, lei de terras, período industrial e o papel das ligas camponesas

A grande concentração de terras nas mãos de grandes produtores se instituiu novamente em 1850, ano em que o império português iniciou a ocupação em todo o território do continente adotando a regulamentação de sesmarias para continuar a progressão e domínio de terras virgens, amparada como medida administrativa largamente utilizada nos períodos coloniais. Com isso, podemos entender que o processo de transição econômica exploratória da época era a produção com a força de trabalho originários dos escravos que só foi abolida no ano de 1888 por meio da Lei Áurea.

Com essa compreensão, é fundamental ampliar a discussão para analisar o processo vagaroso e histórico ocorrido em nosso país a partir da aparição do capital entendendo esse processo de acumulação e concentração fundiária originando o latifúndio e grilagem de terras, ou invasão das terras devolutas por meio da documentação forjada, normalizando e corroborando com o modelo da grande propriedade rural. Formalizando assim o princípio da desigualdade social e territorial que existe na atualidade.

Hoje, conhecemos bem as origens do latifúndio no período colonial, quando o estabelecimento de sesmarias se deu através das doações realengas, expansão de bandeiras e currais de gado. Concentrada nos séculos XVII, XVIII, no início do século XIX as terras ocupadas, em muitas áreas, achavam-se já em processo de fracionamento, em parte, por herança; em parte, devido ao próprio esgotamento do solo, a exemplo do Nordeste açucareiro. No Sudeste, entretanto, com o café voltava-se a reforçar a concentração da propriedade. O processo de “posse” mais tardio, característico desta região, seria definitivamente sustado com a decretação da Lei de Terras de 1850 que, ao mesmo tempo, assegurou a manutenção de um contingente de trabalhadores livres disponíveis para a grande propriedade, então, dirigida para a produção do café (GADELHA, 1989, P. 157).

Mesmo com a inserção da Lei Áurea e início da abolição dos regimes de escravidão e a criação da República em 1889 o cenário da disposição das terras para os agricultores de menor recurso financeiro não havia mudado, e essas tais circunstâncias históricas somente fortaleceram os coronéis que mantinham o domínio sobre as terras. Portanto, os negros, índios e trabalhadores, sempre foram os mais prejudicados ao longo da história, dos quais, muitos desempenhavam suas atividades em troca de habitação e alimento fortalecendo uma vida de intensa pobreza e escravidão.

Desta forma, quando os mesmos eram expulsos das grandes propriedades, não herdavam nada e não tinham consigo nenhum tipo de posse, assim passando a ser um sem-terra. Então, essa referida situação colocou em destaque a realidade imposta a esses povos, contribuindo ainda mais para a exclusão dos negros, indígenas e camponeses que tinham limitações para a aquisição de terras que continuava a ser adquirida através da destruição das comunidades tradicionais pelos posseiros sem a fiscalização do estado.

A Lei de Terras de 1850 possibilitou a base do novo modelo econômico no Brasil, nomeadamente o capitalismo, que instituiu a propriedade privada da terra juridicamente, limitou sua obtenção por meio da compra e não mais da posse, o que trouxe a legitimação dos grandes latifúndios como forma de ocupação territorial (HENIG; DOS SANTOS; MENDES, 2017, p. 37).

É com esta regulamentação que conhecemos até os dias atuais a legitimação da propriedade privada no Brasil, que proporcionou o favorecimento dos grandes latifúndios usando no período todo o tipo de fraudes para atestar a posse sobre as terras, visto que o Estado era inapto e não tinha representação em todo o território, já que grande parte desses agricultores eram representantes do Estado.

A questão agrária passou por anos a ser ausente nas discussões políticas, já que a tratativa deste assunto consistia em envolver os interesses particulares de pessoas com grande poder econômico e forte envolvimento político, e provocar um incômodo a estes poderia levar o Estado a uma derrota política.

No decorrer do período da República do Brasil que foi decorrente a partir do ano de 1888, em relação a questão agrária nada ainda tinha sido feito para mudar o conflito de distribuição de terras de forma que pudesse garantir uma concepção de igualdade e justiça as questões agrárias. E conforme análise, compreende-se que a partir do governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) é que se pode ver uma pequena mudança nas discussões sobre a questão agrária, esta foi estruturada a partir da criação e promoção das colônias agrícolas, que nada mais era do que a criação de posses de terras aos pequenos produtores em regiões afastadas das áreas urbanas “esse período se caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria” (STÉDILE, 1997, p. 10).

Também segundo Stédile (1997, p. 10).

Surge, então, um setor da indústria vinculado à agricultura, as indústrias produtoras de insumos para a agricultura, como ferramentas, máquinas, adubos químicos, venenos etc. E outro, da chamada agroindústria, que foi a implantação da indústria de beneficiamento de produtos agrícolas.

É nesse período que podemos ver o início da burguesia agrária após o surgimento de um setor ligado as indústrias que a partir desse período começaram a produzir insumos ligados a produção monocultora como “ferramentas, máquinas, adubos químicos, venenos etc. E outro, da chamada agroindústria, que foi a implantação da indústria de beneficiamento de produtos agrícolas” (STÉDILE, 1997, p. 11).

Compreende-se que a era Vargas teve como principal vetor o início do processo de desenvolvimento e industrialização para o crescimento econômico e inclusão da concentração fundiária modernizando a exploração agrícola. Nesse mesmo período surge o cultivo de trigo no Sul do país e desenvolvimento mecanizado na produção do café, cana de açúcar, algodão e demais produtos ligados ao processo de modernização capitalista e o surgimento da burguesia. Segundo pesquisa feita sobre esse período compreendeu-se que “a pluralidade de relações de trabalho no campo foi um argumento em torno do qual proprietários rurais e suas associações de classe comprovadamente se reuniram para barrar a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais (DEZEMONE, 2007, P. 181).

Após esse período, o intenso conflito entre os então “empregados rurais” que naquele período sofriam intensamente com o trabalho em jornadas intensas a que eram submetidos nas lavouras, estes que eram pouco representados por apenas cinco sindicatos rurais que haviam sido criados após ano de 1950, e o impasse sobre a institucionalização e legalidade dos sindicatos camponeses gerou uma acentuada discussão entre os atores políticos de esquerda que eram representados no período pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB, assim criando o então nacionalmente conhecido movimento chamado como liga camponesa.

Movimento criado na região do agreste Pernambucano, mais precisamente no município de Vitória de Santo Antão, originário da união de associações de trabalhadores rurais no estado do Pernambuco, e após isso expandiu-se posteriormente para a Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás e demais regiões do país.

Desta forma, conforme Nascimento (1985).

Com a conquista da legalidade e a ampliação do seu quadro de militantes, e a necessidade de enfrentar as disputas eleitorais, o PCB amplia o raio da sua ação e da sua presença até o campo, onde espera arregimentar uma clientela eleitoral que neutralize, em parte, o poder dos " currais eleitorais" sob o domínio das oligarquias coronelistas (NASCIMENTO, 1985, P.55).

De um modo geral, a expansão e finalidade dessas associações criadas tinham o caráter, de modo voluntário, de defender os interesses dos camponeses e trabalhadores rurais ali inseridos até então em um modelo de mercado que não os representava juridicamente. Sendo as ligas o órgão representativo legalmente criado aprovado por estatuto para brigar pelos direitos e deveres desses camponeses juntamente as grandes corporações. Desta forma, "as ligas falavam em nome de uma ampla e diversificada categoria de trabalhadores que incluía foreiros, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários, que produziam uma cultura de subsistência e comercializavam os excedentes produzidos em terra própria ou em terra alheia" (CAMARGO, 2016).

Nesse sentido, também conforme a autora.

Convém lembrar que a utilização do termo "camponês" parece ter sido fator de auto-identificação e de unidade para designar categoria tão ampla em oposição a um adversário comum, politicamente denominado pelas lideranças como "o latifúndio improdutivo e decadente" (CAMARGO, 2016, p. 1).

É sempre importante sempre dar ênfase a esses movimentos e suas lideranças que buscaram, entre os camponeses e trabalhadores rurais, a inserção de direitos e igualmente destacar a importância das lideranças dessas associações que se instituíram com base na luta de classes e se tornaram mártires do movimento camponês em defesa dos direitos civis de cada produtor rural. Nessa luta, coube as lideranças desses movimentos unir as principais figuras da época como, idealistas, intelectuais, estudantes, políticos que se uniram para organizar tais projetos e assim chegarem a ecoar as reivindicações camponesas contra os projetos desenvolvimentistas que nos períodos anteriores não apresentavam menor interesse em promover políticas públicas para os camponeses.

2.2. O processo de regularização dos assentamentos a partir da criação do INCRA

É necessário analisar e compreender que o processo de formação dos assentamentos rurais, e a implementação das políticas públicas de reforma agrária foi um desafio enorme para os movimentos sociais, como também, uma organização gerada a partir de lutas e embates entre os camponeses que buscavam sempre ter um pedaço de terra da qual poderiam produzir, ao contrário das grandes corporações que sempre visavam o lucro e poder. Desta forma, constata-se que a permanência dos debates sobre a questão agrária e o processo de formação dos assentamentos sempre foi um desafio, visto que a estrutura fundiária concentrada sempre permaneceu no cenário político nacional estando nas mãos da grande massa política chamada atualmente de bancada ruralista.

Considerando que a formas de criação dos assentamentos a partir da fundação do INCRA no ano de 1970, e o início do processo de inclusão dos assentados nas PAs foi de fato um verdadeiro e aparente momento de mudança para a construção de uma nova visão sobre o campesinato no país. Com isso podemos considerar que “o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um proprietário” (INCRA, 2020).

Também engloba a inclusão de unidades ou parcelas que são lotes de terras entregues pelo órgão para uma família de produtores rurais que se encontram sem condições econômicas para comprar terra ou manter um imóvel rural, com isso a quantidade de lotes distribuídos ao assentamento vai depender do potencial da terra em comportar e proporcionar um sustento as famílias assentadas. Desse modo, “a criação é feita por meio da publicação de uma portaria, na qual constam os dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão dados para sua implantação” (INCRA, 2020).

Com isso podemos compreender também as formas de criação dos assentamentos que conforme o Incra (2020), são divididos em dois grupos:

I - Os criados por meio de obtenção de terras **pelo Incra**, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PA), que incluem os ambientalmente diferenciados e o Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS);

II - Os implantados por instituições governamentais e **reconhecidos** pelo Incra, para acesso a algumas políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

E com a construção dessas políticas de assentamentos podemos ver que foram constituídos, mesmo que pequenas, melhorias nas políticas de estruturas fundiárias para melhorar a condição social e inclusão do pequeno produtor que até então encontrava-se desamparado. Como também, a formação de projetos de melhoria na inclusão desse assentado, do qual os beneficiários tiveram acesso a partir dos anos de 1976 ao antigo Programa Nacional de Alimentação e Nutrição – PRONAN, que naquele período era financiado pelo Ministério da Educação e modificado em 1979 passando a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Com base na série histórica de lutas e aquisições do território campestre podemos constatar que o INCRA, por meio do estatuto da terra, é responsável por buscar um modelo de assentamento rural baseado nos projetos econômicos atribuídos ao governo federal, assim como na sustentabilidade ambiental, viabilizando recursos e melhorias por meio de políticas de desenvolvimento territorial e acompanhamento a essas unidades.

Tabela 1 – Projeto de assentamentos PA implantados no Brasil 1985 a 2018.

Governo	Período/Ano	Nº de Assentamentos criados
Sarney, Collor e Itamar	1985 a 1994	868
FHC	1995 a 2002	4.281
Lula	2003 a 2010	3.544
Dilma	2011 a 2016	592
Temer	2017 a 2018	110
	Total	9.395

Fonte: INCRA, elaborado por Oliveira, 2021.

Como analisado na concessão e inserção dos vários projetos de assentamentos criados, vê-se que a criação e deferimento dessas unidades se inicia

na fase de instalação das famílias assentadas nesses lotes, e a partir daí, pode se obter a concessão dos primeiros créditos e investimentos em habitação, instalação, infraestrutura e abastecimento. Nesta tabela acima, podemos analisar que os anos de criação de projetos de assentamentos rurais com melhor desempenho na inclusão e favorecimento foram entre os anos de 1995 a 2010, quando tivemos um total de 7.825 projetos criados e um maior amparo as famílias assentadas.

Leva-nos a crer que entre esse período, a principal análise para o aumento da criação desses projetos foram os milhares de conflitos de terra que se acirravam ainda mais após o governo Collor de Melo, que entre 1990 a 1992 diminuiu a quantidade de projetos criados e tornou a legislação ainda mais complicada para concessão de terras. E “apesar das derrotas políticas os movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST, com o apoio da CPT, seguiram crescendo e se expandido pelo território nacional aumentando o número de integrantes e simpatizantes” (MIRALHA, 2006).

Após esse período já no mandato de FHC de 1995 a 2002, começou a apresentar no primeiro mandato, algumas mudanças nas políticas de assentamento e regularização fundiária, no qual em seus primeiros quatro anos de governo já se passou a ter um total de 1.928 projetos de assentamento criados, e assim, foi visível a mudança na relação entre o número de ocupações, mostrando assim um melhor acesso na relação fundiária mesmo com o aumento dos conflitos agrários que foram entre os anos de 1993 e 1998.

Diante dessa análise, podemos compreender também que:

Diante dos confrontos violentos que vinham acontecendo no meio rural, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), eleito em 1994, propôs diferenciar conceitualmente a agricultura familiar da agricultura patronal. A partir dessa conceituação, foram elaboradas as primeiras políticas específicas para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Projeto Lumiar de assistência técnica, a implementação do Programa de Crédito Especial para Áreas da Reforma Agrária (PROCERA) e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que viria a atuar nas questões agrárias (OLALDE; PORTUGAL, 2004 apud CATTELAN, MORAES, ROSSONI, 2020).

Diante das discussões e análises mediante ao período citado, nas literaturas acima descritas considera-se no primeiro período do governo FHC onde a

reforma agrária deu um estímulo para melhorias aos produtores camponeses, conforme ao papel do Estado significando e reorientando, a partir das tomadas de decisões, juntamente aos pedidos dos movimentos sociais para inclusão das políticas de reforma agrária. Até então, a agricultura camponesa era vista pela maioria dos estudiosos “somente como aquela de subsistência, arcaica, com técnicas atrasadas e baixa produtividade” (MARTINS, 2003).

A esperança para os camponeses e sem-terra vinculados aos movimentos sociais MST e demais entidades foi a eleição e posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que se inicia em 2003, no qual o presidente eleito tinha um alinhamento a essas classes e conforme promessa do plano de governo apresentava-se a inserção de melhorias de acesso à terra, geração de emprego, saúde, educação, energia e saneamento aos assentados de reforma agrária. Temos também a partir dessa década uma enorme melhoria nas políticas de assentados a partir da criação do Projeto Nacional de Reforma Agrária – PNRA, teve-se também o melhor ano de criação de Projetos de Assentamentos – PA em 2005 com um total de 869 assentamentos devidamente homologados e um total de 3.544 durante os anos de 2003 a 2010.

Após isso, vimos a criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF que financiava o acesso à terra, a estrutura e ao desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária. “Desse modo, seu objetivo está atrelado ao acesso à terra, bem como à redução da pobreza rural e a consolidação dos pequenos produtores” (CATTELAN, MORAES, ROSSONI, 2020). E assim, tem-se críticas positivas sobre o programa que afetou positivamente aos agricultores com menores recursos. Tendo em consideração que anteposto a esse período os produtores camponeses e assentados tinham ainda acesso a programas antigos dos governos anteriores que precisavam ser atualizados para ajustar a realidade atual dos mesmos.

A partir do governo Dilma Rousseff eleita no ano de 2010, assim iniciando seu governo que perdurou entre os anos de 2011 até 2016 quando ocorreu o então golpe de estado, a mesma aliada política do seu antecessor continuou as promessas que ainda não haviam sido cumpridas até então pelo Presidente Lula. Porém, visto na prática as mudanças significativas inseridas no plano de governo para continuação dos programas de assentamento rural não foram cumpridas. Visto os números da **tabela 1** observa-se que o período do governo Dilma foi o que menos criou Projetos

de Assentamentos – PA um total de 592 projetos criados, nota-se também uma destinação maior de recursos para produtos empreendidos pelo agronegócio conforme o Plano Safra 2013/2014 que denominou um menor recurso para as famílias assentadas e o valor bruto aplicado foi meramente usado para financiamentos de produção de larga escala da monocultura já existente no período.

Conforme analisado “em 2015, o governo Dilma não havia realizado nenhuma desapropriação. Com um cenário de impeachment próximo, em abril de 2016, a então presidente assinou 21 decretos de desapropriação, num total de 35 mil hectares” (CATTELAN, MORAES, ROSSONI, 2020). Isso em uma tentativa desesperada em tentar diminuir a pressão feita pelos movimentos sociais reivindicando a necessidade da abertura de novas oportunidades para a produção campesina, que em seu governo havia sido deixada de lado por causa da grande pressão do agronegócio.

Assim analisou-se baseado em Souza (2016), Feijó (2013), Vargas (2012) que apontam que a reforma agrária foi excluída das estratégias usadas nas políticas de reforma agrária do governo federal, sendo que este governo priorizava a redução da pobreza e desigualdade, mas não conseguiu investir na distribuição de terras e políticas do campo, fazendo uma reforma agrária ineficiente.

3. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE, COMO COMPREENDER ESSES CONCEITOS NO CAMPESINATO?

Nessa discussão busca-se destacar a questão territorial para assim compreender qual a base de estudos usada para discutir a relação dos assentados de reforma agrária com a luta pela terra. Assim, temos como principal argumento a relação territorial dos camponeses para com a sua necessidade de reproduzir e produzir dentro do território, portanto, sabe-se que o território compõe um dos três elementos básicos que formam uma nação ou estado, isso tendo como base a relação patrimonial de origem feudal descrita por Ratzel (1987), assim o autor afirma que às formulações do estado moderno, acompanhou a formação da geografia moderna, de relacionar sociedade, estado e território.

De acordo com Raffestin (1993), o território é uma construção conceitual a partir da noção de espaço. Para isso tem-se como debate que o autor distingue a relação territorial com o espaço usado na condição de matéria prima natural, este sendo o produto resultante da adequação da ação humana como base para construção territorial, assim passível de uma “formalização e/ou quantificação”. A produção espacial, é o espaço físico modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que ali se instalam (SANTOS, 2009).

O território é, portanto, junto com a soberania e o povo, um dos três elementos básicos que formam a nação-estado moderna (SANTOS, 2009). Assim, o espaço territorial de uma população está relacionado na defesa dos limites locais do exercício da soberania de um estado ou formação política, portanto a soberania é a exteriorização do domínio patrimonial, de forma que esse termo é de origem latina gerada da palavra *territorium* ligada aos tratados sobre o sentido de parcela de terra (LE BERRE apud SANTOS, 2009).

Segundo Santos (2002), há uma necessidade de compreender o território a partir da noção de espaço, a compreensão dessa categoria analítica interna está a configuração territorial e a divisão territorial do trabalho, que nada mais é do que o espaço “produzido ou produtivo suas rugosidades e as formas-conteúdo”. Assim para o autor a uma necessidade de reconhecer as suas categorias analíticas internas como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2009, p. 12).

Noutro entendimento que foi destacado por Raffestin (1980), um dos estudos que mais se destacam na geografia humana é a relação política característica composta pelas relações sociais inseridas no território, este é um espaço modificado a partir do trabalho revelando as ações humanas e suas relações de poder.

O território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas. Isso, de acordo com Raffestin, assenta-se na construção de malhas, nós e redes, delimitando campos de ações, de poder, nas práticas espaciais e constituem o território (SAQUET, 2007, p. 66).

Desta forma, tem-se como entendimento que o conceito sobre território ele ainda é muito amplo e usado em várias concepções entre vários autores, podemos destacar as várias interpretações e tipologias que são apresentadas tanto nas ciências humanas como também usado nas demais ciências fazendo assim um intercâmbio de conceitos nos quais todos eles definem de forma necessária o seu uso para a vida e compreensão do uso da terra pelo homem.

Assim, é importante também destacar a necessidade de estudar a territorialidade e o uso desse conceito, é importante evidenciar que esse conceito ainda é muito mal compreendido dentro dos estudos geográficos sendo ele fortemente apontado nos debates sobre reforma agrária e campesinato, portanto, não podemos prender esse conceito somente as relações de poder que são ainda mais prendidas ao Estado e as grandes corporações.

Territorialidade e território camponês

Tem-se como conhecimento que o uso do termo territorialidade é baseado na multiplicidade das manifestações humanas, assim como a suas múltiplas relações de poder, assim incorporados aos múltiplos agentes envolvidos (HAESBAERT, 2004). É importante exemplificar primeiramente que as compreensões das relações inseridas no território são pertinentes aos sujeitos que compõem e constroem essa concepção, seja ele indivíduos, grupos sociais, Estado, empresas ou instituições. Estas são responsáveis pelas relações inseridas conforme a sociedade, cultura, etnia ou grupos de indivíduos Controla-se uma “área geográfica”, ou seja, o “território”, visando

“atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos” (Sack, 1986:6 Apud HAESBAERT, 2004).

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista)(HAESBAERT, 2004).

A partir dessa análise podemos compreender os conflitos da atualidade entre os modelos de desenvolvimento e os movimentos territoriais que disputam território, essa que é uma necessidade atual e condição para desenvolver a sua expansão. Assim como o agronegócio busca desenvolvimento mecanizado, monocultura em grande escala, agrotóxicos e sementes modificadas, o campesinato busca sobreviver e se territorializam de forma a desenvolver diversas culturas em pequena escala, com predominância do trabalho braçal sem uso de agrotóxicos e com base na biodiversidade.

São dois modelos que disputam a sua territorialização, produzindo cada uma dentro das suas características dentro do território, embora sejam diferentes, estão no mesmo espaço geográfico municipal, que está no espaço geográfico estadual e este, por sua vez, está no espaço geográfico nacional, formando a multiterritorialidade (FERNANDES, 2013 p. 199). Assim, esses modelos de organização territorial determinam as mudanças e características do espaço geográfico, assim por meio da produção territorial, intensificada pelos conflitos agrários que são capitalizados pelas grandes corporações do modo capitalista e desigual.

Disto pode-se afirmar que não há uma singularidade e observa-se que a questão territorial não pode ser única, sendo que esta é discutida de diferentes formas pelos vários teóricos que trabalham a questão agrária, no qual podemos compreender por estes que há territórios materiais e imateriais (FERNANDES, 2013). Assim, os territórios materiais são espaços físicos gerados a partir da interação humana com o espaço vivido e o imaterial estão inseridas no espaço social distribuídas a partir das

relações sociais por meio de conceitos, ideologias, ações e interações, sendo territórios indissociáveis, um não existe sem o outro, são vinculados pelo mesmo propósito.

Os movimentos camponeses tem durante décadas resistido ao processo de desterritorialização gerado pelo modelo de produção desigual que busca sempre diminuir o espaço da produção camponesa, destruindo os territórios sócio culturais que são reprodução das experiências de vida desses camponeses. Assim, essas relações produzem a multiplicidades territorial cada qual com uma territorialidade diferente, ou seja, com uma dimensão própria, e um conteúdo específico, sendo apropriados, apreendidos e vivenciados de maneira singular pelos atores sociais (TERRA, 2019, p. 195).

Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogêneo, enquanto a paisagem do território camponês é heterogêneo. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio (FERNANDES, 2013, p. 203).

Há uma imensa diversidade na composição territorial campesina, assim o campesinato mantém em sua composição territorial a presença da sua significação que é presente na sua história de luta por reforma agrária, assim buscando se reconfigurar e sobreviver aos processos da produção industrial globalizada. Com isso a reforma agraria é necessária para assegurar a esses produtores a sua reestruturação, fortalecendo a convivência de famílias que trabalham em conjunto de forma associativa levando consigo origem, cultura, disponibilidade patrimonial, composição familiar, motivações e aspirações bastante díspares, ou seja, são portadoras de diferentes territorialidades (TERRA, 2019, p. 198).

O espaço geográfico do PAM que é produto da inserção da agricultura camponesa, passa a ser ali uma composição da relação entre homem natureza, assim

esse produtor se identifica com a necessidade de ter acesso à terra o que indica a territorialização, este materializa-se na recriação do território incorporando novos elementos e perspectivas no espaço agrário. O território usado pelos produtores locais é incorporado a relações sociais e estes camponeses constroem uma relação associativa, promovendo uma reorganização do processo produtivo, atribuindo uma diversidade de novos produtos incorporada a suas necessidades.

Nesse sentido, o assentamento apresenta-se como a materialização de um conflito sobre um território, que busca se fixar sobre um dado espaço que anteriormente não era usado para nenhuma função social, e a partir da inserção da agricultura camponesa passa a ser conceituada como território camponês que é uma importante ferramenta para inclusão e defesa da agricultura da realidade social que já era existente.

Assim, fundamenta-se essa visão conforme análise de Terra (2009, p. 45) no qual ele afirma que:

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pelas famílias, dos percalços, insucessos e até eventuais fracassos, os assentamentos rurais, juntamente com as pequenas propriedades tradicionais, geralmente constituem a garantia não só da permanência do homem no campo, como a possibilidade da recuperação da autoestima e da dignidade, com a geração de emprego e renda e a sua integração ao mercado, além de representarem uma subversão das relações de poder local, com a emergência de novos arranjos produtivos, sem falar na contribuição para o desenvolvimento da economia local, regional e até nacional.

Nesta perspectiva, os espaços dos assentamentos rurais são idealizados como espaços singulares que proporcionam a ressignificação territorial, assumindo um papel muito importante na contemporaneidade da sociedade brasileira, configurando estruturalmente as práticas da produção de alimentos, soberania e segurança alimentar, favorecendo a construção de novos territórios materiais e imateriais, assim como a territorialidade no espaço geográfico.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

É extremamente necessário compreender que as numerosas atividades agrárias desenvolvidas na contemporaneidade abriram ainda mais espaços para discussões dos estudos sobre a realidade campesina, como também a criação de pesquisas que nos proporcionaram compreender e conhecer o surgimento dos estudos de uma geografia agrária preocupada com as necessidades e questões sociais relacionadas a economia, sociedade, assim como, as relações entre o campesinato e sua necessidade para as cidades.

Conforme analisado, pode-se entender que a maioria dos teóricos estudados sobre o assunto se utilizam do método materialista histórico dialético para interpretar e teorizar essas discussões, compreendendo assim o espaço geográfico e o território como também sua completude, formado de divergências, conflitos e contradições.

Conforme diz Silva (2008) em sua pesquisa, pode se compreender que:

O método dialético é muito mais abrangente do que qualquer outro, por ocupar-se de opostos, do que não parece; de procurar a realidade "invisível", mas concreta, enfim, por relacionar o que a racionalidade "pura" não permite [...] Como qualquer método social, a dialética assinalada, com muito mais propriedade, as tendências da sociedade (SILVA, 2008, p. 49).

Essa compreensão sobre o método dialético estabeleceu-se como sustentáculo na formulação de bases na perspectiva de conhecer e explicar as mais diversas formas de vivências humanas, no qual para compreender essas relações, é necessário vislumbrar a teoria de classes estudada por Marx e compreender que a inserção desse movimento esclarece a análise das diferenças do processo produtivo da sociedade capitalista.

Desta forma, tem-se como análise que a formação da compreensão da metodologia do materialismo foi resultante das condições socioeconômicas aprofundadas nas concepções teóricas que surgem em meados do século XIX decorrente do desenvolvimento emergente das grandes forças produtivas em contraposição as relações sociais de trabalho.

Os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem também os princípios, as ideias, as categorias, de acordo com as suas relações sociais. Por isso, essas ideias, essas categorias, são tão pouco eternas como as relações que exprimem. São produtos históricos e transitórios (MARX, 2001, p.98).

Contudo, ao usar essa categoria analítica, podemos compreender melhor as relações entre as mudanças ocorridas através das práxis dos homens que transformam e se inter-relacionam no espaço geográfico, estabelecendo relações conforme a necessidade de produzirem e reproduzirem dinamicamente como agentes histórico-sociais, analisando o sistema econômico, bem como a sua força produtiva. Assim, investigamos os agentes históricos, sua conflitualidade com a classe dominante, contribuindo para o surgimento de contradições na formação dos espaços de produção rural para entender as grandes transformações históricas da formação camponesa.

Segundo Politizer (2007):

Do ponto de vista dialético, tudo muda, nada fica onde está, nada permanece o que é, e, por consequência, tal ponto de vista está em perfeito acordo com a realidade. Nenhuma coisa permanece no lugar que ocupa, uma vez que mesmo o que nos aparece como imóvel se move; move-se com o movimento da terra em volta do sol; e no movimento da terra sobre ela mesma (POLITIZER, 2007).

Assim, empregamos esse método para ampliar a ideia de que a organização local dos produtores está inserida dentro das mudanças cotidianas e das transformações do espaço e tempo, isto é, fundamentar a importância das mudanças ocorridas durante anos de produção no assentamento e assim entender as dificuldades e inclusões ocorridas com os produtores nas décadas de trabalho no assentamento.

Outra tipologia de método usada no estudo apresentado nesse trabalho é o uso da pesquisa descritiva, essa intenta em reconhecer e apresentar em suas várias interpretações as complicações e desafios que foi a inserção na área de pesquisa, assim como, compreender a vivência e as relações das pessoas que são citadas nela. Desta forma, usamos esta mesma para representar as particularidades e padrões da área estudada, como também, reconhecer as características e mudanças ocorridas

fazendo uso da coleta de dados e observação sistemática como forma de levantamento e conforme TRIVIÑOS, (1987, p. 100) procurar entender a real situação da área de estudos, suas características e seus problemas. “Pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

Além de pesquisa descritiva sobre os fatos ocorridos com a comunidade, temos baseado nossas metodologias em pesquisas bibliográficas que são usadas com a finalidade de fundamentar nossos estudos, e assim, recorrendo ao todo aparato bibliográfico para sustentar teoricamente as discussões apresentadas. Essa pesquisa bibliográfica está sendo realizada em teses, artigos, livros, revistas e periódicos, assim como também em sites e demais ferramentas bibliográficas.

Assim, como afirma Marconi e Lakatos (1999):

A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc, até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates tenham sido que transcritos por alguma forma quer publicados quer gravados. (MARCONI E LAKATOS, 1999. P. 73).

É também de suma importância para esse trabalho monográfico propor esclarecer questões relacionadas as relações e interações na área de estudo, desta forma, a pesquisa vai ajudar a documentar as várias necessidades da comunidade e esclarecer o processo de desenvolvimento local dos agentes envolvidos.

Outro processo da pesquisa é a busca de dados primários, a coleta de dados através de questionários e de roteiros de entrevistas que foram aplicados aos produtores, que após tabulações e análise de dados irão compor nossas discussões sobre a dinâmica do assentamento, desta forma, aplicou-se aos participantes uma entrevista semiestruturada que consideramos de fundamental importância para a compreensão das mudanças ocorridas na comunidade.

Nesse entendimento, podemos afirmar que:

A entrevista semi-estruturada oferece maior amplitude na coleta dos dados, bem como uma maior organização: esta não estando mais

irremediavelmente presa a um documento entregue a cada um dos interrogados. Por essa via, a flexibilidade possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores. (Laville e Dionne, 1999, P. 188 A 189)

É importante enfatizar uma das tarefas necessárias para a pesquisa é promover um recorte dos conteúdos e das entrevistas aqui representadas, desta forma, foi necessário categorizar as questões apresentadas pelos assentados e apresentar em nossas discussões. Foi extremamente relevante a coleta de dados e documentos do assentamento para assim entender todo o processo das relações e historicidade dos atores inseridos na pesquisa.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através do processo de regularização fundiária aplicado dentre os períodos de 1995 a 2016, processo esse alavancado pelos governos Lula e Dilma, pode-se perceber que até o final do governo deposto após o golpe de 2016 o país ainda possuía uma política de fornecimento e financiamento para ampliação de infraestruturas para os assentamentos rurais, onde foram promovidas ações na inclusão de acesso a moradia, energia, água, estradas, sendo esse um dos melhores momentos para o campesinato no país. Atendendo em 2016 a 6,212 famílias com projetos de agroindústrias e kit feiras.

Portanto, o governo federal no período tinha a perspectiva de trabalhar a ampliação da malha fundiária nacional, com a sistematização dos cadastros de famílias aplicado pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), que fora aprimorado para promover e possibilitar a atualização cadastral, por meio da internet pelos próprios agricultores. Este modelo cadastral possui também o Cadastro de Imóveis Rurais (CAFIR), vinculado a Receita Federal na incorporação de dados permitindo o cruzamento de informações dos cadastros proporcionando uma atualização anual dos agricultores.

Outra questão importante a destacar é o indicador da arrecadação de terras no período, no qual o PPA planejou como meta a arrecadação de 2 milhões de hectares das terras devolutas da União, e em 2015 chegou-se a um total de 755.142 hectares de terras arrecadadas. Desta forma “a ação de arrecadação tem impacto positivo para a governança fundiária, em especial, no combate à grilagem de terras públicas” (PPA, 2016, p.180).

Na esfera Estadual o PPA apresentou um conjunto de ações e metas que na visão governamental priorizava a construção de estratégias de desenvolvimento como objetivos a serem cumpridos durante os períodos de (1995 a 2002) nos primeiros mandatos de Roseana Sarney, no qual foi apresentado alguns objetivos para dinamizar e modernizar a produção agrária no Maranhão. Sendo este focado na preservação e conservação ambiental, redução das desigualdades sociais e da cidadania. Estes objetivos apresentados no plano não apresentaram mudanças, dos quais os mesmos não foram devidamente aplicados e apresentaram assim consequências sociais como o desemprego de 2,6% da População Economicamente

Ativa - (PEA) em 1992, atingiu 16,6% em 2006 e a população ocupada em atividades agropecuárias caiu de 69,9% em 1985 para 44,6% em 2006 (HOLANDA, 2008; SOUSA, 2011).

Coordenado pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SAGRIMA, o PPA atual compreende ações específicas para promover e apoiar os investimentos que são direcionados a agricultores familiares, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, assentados de projetos estaduais e federais e extrativistas. Sendo estes os menos favorecidos com os recursos que lhes deveriam ser disponibilizados, fazendo com que esses agricultores percam espaço dentro do cenário atual para o agronegócio no sul do estado que recebe mensalmente um alto investimento na produção de commodities para exportação.

Desta forma, é importante pensar o campesinato Maranhense como uma forma de ruptura aos modos de produção capitalista, assim, compreende-se que a produção de commodities se sustenta no crescimento da monocultura e acumulação de terras. Com isso, o camponês tem dificuldade na obtenção de apoio financeiro para sustentar o crescimento da pequena produção, uma vez que o mercado atual majoritariamente se volta à grande produção no campo em detrimento dos pequenos produtores, o qual é responsável pelo fornecimento de alimentos frescos diariamente nas feiras e mercados das cidades brasileiras.

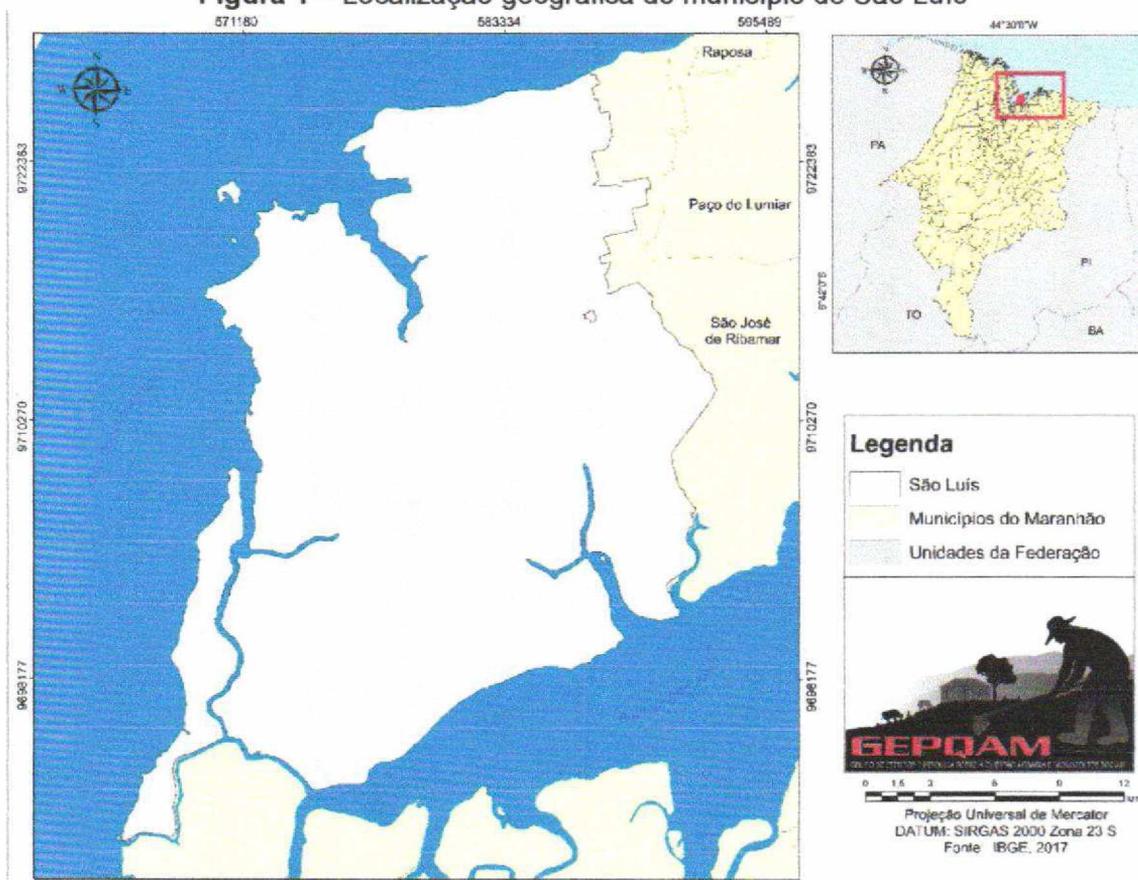
Fundamento essa análise em Chayanov (1974) que evidenciou a economia familiar não como um simples modo de produção assim como seria subtendido pelo capitalismo e pelo socialismo, mas seria um “modo de produção específico”, e dessa forma subordinado e inserido no sistema dominante. Shanin (1980) complementa afirmando que o campesinato é um modo de vida, onde a sua orientação interna se dá em função da produção, consumo, e sociabilidade tendo suporte econômico todos os componentes da família.

Certo é que, todas as pessoas têm direito a um abastecimento alimentar seguro, culturalmente apropriado e em quantidade e qualidade suficientes para garantir seu desenvolvimento integral. Este inalienável direito de todo ser humano tem sido negligenciado de forma sistêmica por nossa sociedade. Observamos ainda que a insegurança alimentar se encontra associada ao acelerado processo de degradação

das bases econômicas, sociais, biológicas e culturais da agricultura familiar ocorrido nas últimas décadas. (PRIMAVESI, 1997).

Atualmente a nossa área de estudo tem uma característica diferenciada por motivo da mesma encontrar-se dentro da aglomeração urbana da capital Ludovicense, isso influencia pelo fato da área ser alvo da grande especulação imobiliária. Deste modo, é importante considerar que o aumento da população urbana da ilha, juntamente com as grandes empresas da construção civil foram diminuindo o espaço dos agricultores que já trabalhavam no local, fazendo nos compreender essa relação.

Figura 1 – Localização geográfica do município de São Luís



Fonte: IBGE, 2017
Org.: Oliveira 2020

As famílias assentadas no PAM Jardim São Cristóvão II já produziam naquele local antes mesmo da aglomeração urbana que atualmente se situa no entorno da área. Segundo consta na página eletrônica do INCRA, o órgão, reconhece os Projetos Municipais como de Reforma Agrária, viabilizando o acesso dos

beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária (INCRA, 2018), e com isso, compreende que os assentados que são sócios da PAM têm direito aos benefícios assegurados com por exemplo ajudar para o financiamento de projetos de plantios.

A luta pela terra dos agricultores da PAM Jardim São Cristóvão II não é somente pela necessidade de políticas que ajudem os mesmos a melhorar a produção no campo, alguns assentados relatam que, por diversas vezes, a posse de suas áreas foi questionada por pessoas que acham que a área de produção é um empecilho para o desenvolvimento urbano. Assim, quando os questionadores não reconhecem a legitimidade da produção agrícola no perímetro urbano, é porque estes desconhecem as múltiplas formas de produção que estas áreas assumem, inclusive suprindo as necessidades da produção de hortifrutigranjeiros, tão demandada pela população de uma área metropolitana.

5.1. Caracterização da área de estudo

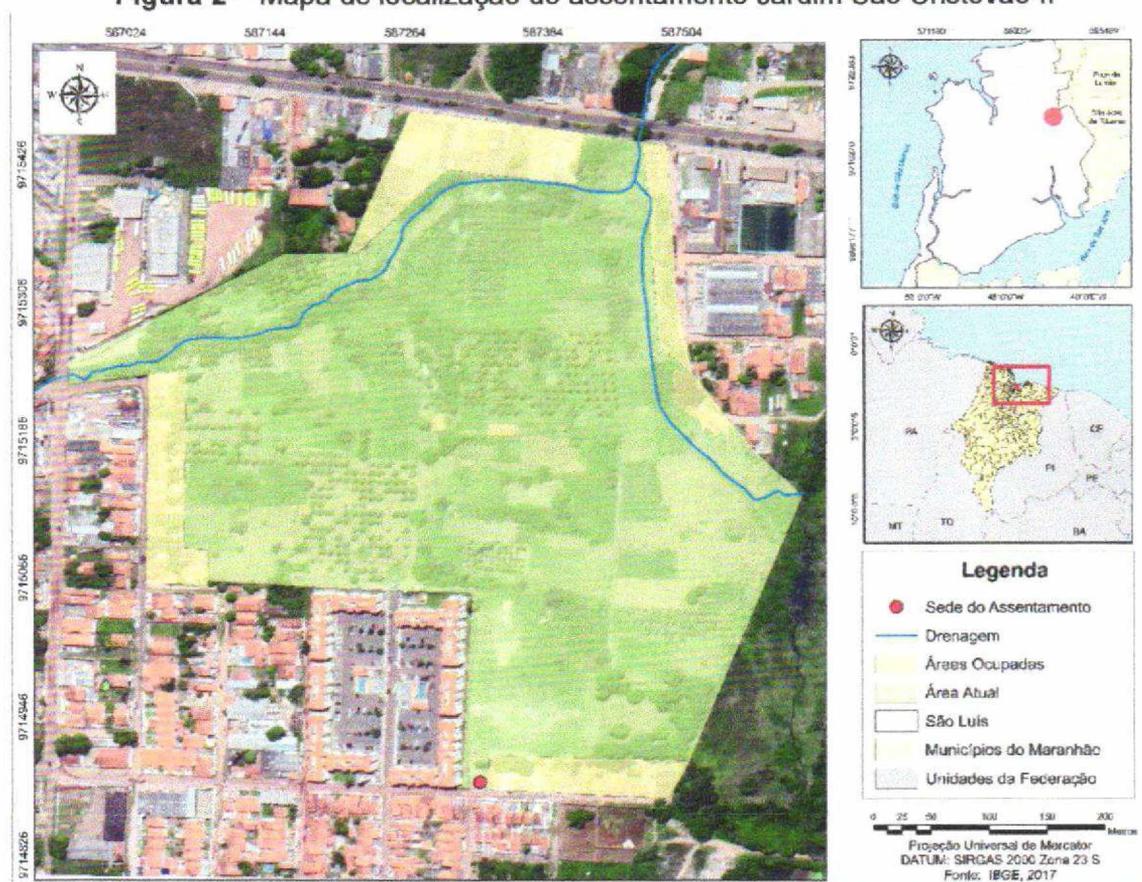
O assentamento em análise, caracteriza-se nos modelos do PAM - Projeto de Assentamento Municipal, em razão de sua criação pela Prefeitura de São Luís se encontra somente com o reconhecimento do INCRA. Esta forma de obtenção da terra visa a implantação de projetos, assim como, escolha dos beneficiários sob a responsabilidade da prefeitura. Apesar deste ter sido reconhecido pelo INCRA, todas as informações e atos a ele referente é de responsabilidade da Prefeitura de São Luís.

Essa dupla gestão – prefeitura e Incra – cria alguns empecilhos, como por exemplo o armazenamento das informações referentes ao assentamento. Assim, durante a pesquisa tivemos dificuldades de encontrar os dados referentes ao PAM Jardim São Cristóvão II, o que só foi possível com o auxílio do INCRA que disponibilizaram uma cópia do espelho da criação do referido assentamento.

Por ser um assentamento municipal, logicamente quem adquiriu a área foi a prefeitura de São Luís. Assim o Projeto de Assentamento Municipal Jardim São Cristóvão II foi fundado no dia 26 de setembro do ano de 1995, cuja área demarcada corresponde a 18.3738 ha., os quais, segundo os cálculos da prefeitura seria suficiente para o assentamento de 22 famílias, na atual configuração, a mesma área,

conta com um total de 20 famílias associadas, cada uma detendo uma parcela de terra suficiente para que estes camponeses associado possam trabalhar e impulsionar a sua produção a sustento familiar.

Figura 2 – Mapa de localização do assentamento Jardim São Cristóvão II



Fonte: IBGE, 2017
Org.: Oliveira, 2020

O assentamento atualmente está representado pela Associação dos Horticultores do Assentamento Jardim São Cristóvão II, que está inserido nas seguintes coordenadas geográficas: ao sul $2^{\circ}34'35.8''$ e a oeste $44^{\circ}12'53.7''$.

Em razão do avanço da ocupação do solo urbano, hoje na parte sul do limite territorial do assentamento existe dois grandes condomínios, assim como também na parte norte do assentamento foram construídos grandes galpões para dar suporte às novas empresas que ali foram instaladas, no limite das áreas de plantio dos assentados. No lado oeste, foi realizada a inclusão do bairro Jardim São Cristóvão II, o qual tem o mesmo registro nominal do assentamento que deu origem ao bairro, e

do lado leste tem-se a Universidade Estadual do Maranhão que foi fundada em 1987, ou seja, muito antes do assentamento.

A denominação do bairro Jardim São Cristóvão II, se deve à denominação do assentamento que antecedeu ao bairro, que inicialmente foi constituído somente por antigos habitantes do assentamento. Conforme informação de um dos produtores da PAM os agricultores assentados foram construindo suas casas ao redor de toda a área do assentamento para assim proteger de invasões. Os atuais bairros do entorno, foram posteriormente criados a partir do loteamento das áreas limítrofes. Seguramente a ocupação da região foi impulsionada pela criação do PAM Jardim São Cristóvão II.

Anterior ao assentamento os únicos bairros que estavam ali constituídos eram; Tirirical, São Cristóvão, São Bernardo, Cidade Operária, São Raimundo, Santa Barbara, Cohapam e João de Deus. Hoje com a criação de novos bairros tem-se a configuração, além dos bairros citados, a inclusão de Jardim São Cristóvão, Jardim São Cristóvão II, Dom Ricardo, Vila Cascavel, e entre estes temos ainda várias ocupações que ainda não foram formalizadas pelo poder municipal como bairros, e que ainda lutam pela nomeação das terras para obtenção de registro das casas. Uma das grandes áreas localizada no entrono do assentamento pertence à Universidade Estadual do Maranhão, que como o assentamento atuou como polo de atração para a criação de novos bairros.

Os assentados se mantem na área, continuam produzindo empregando sua força de trabalho na labuta diária, convivendo ao mesmo tempo com o crescimento urbano no seu entorno, ou seja, apesar das adversidades, os agricultores nunca deixaram de realizar seu plantio obedecendo a sazonalidade que a natureza lhes impõe, ano após ano. A manutenção do local é realizada conforme as necessidades e nos limites das condições dos associados. São estas as razões que impulsionaram a elaboração do presente projeto.

De acordo com o IBGE, no último censo demográfico realizado no Brasil no ano de 2010, a população da microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís era predominantemente urbana, essa mesma contando com cerca de 1.091.717 habitantes, enquanto a população rural era constituída por 217. 613 habitantes. Isso corresponde a aproximadamente 20% desses habitantes que vivem e trabalham na

área que é caracterizada como cinturão verde da ilha. No entanto, quando consideramos os municípios que formam essa microrregião, percebe-se um diferencial a saber que em São Luís somente 5,6% dessa população é rural. Sendo que os outros municípios apresentam porções claramente mais notáveis, como no caso de Paço do Lumiar com 24,9%, Raposa com 36,7% e São José de Ribamar com 79,9% (IBGE, 2010.)

5.2. Concepção e características do campesinato na capital Ludovissence

Com a finalidade de compreender as mudanças que ocorreram a partir do crescimento da população urbana da capital, faz-se necessário levar em consideração as peculiaridades específicas que envolvem a agricultura trabalhada dentro do espaço urbano, o que nos faz analisar primeiramente, e debater sobre o conceito do campesinato que para nós é “uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida (MARQUES, 2012, P.58).

Em vista disso, a categoria em análise, busca ainda em tempos de especulação imobiliária sobreviver e trabalhar em meio a grandes mudanças ocorridas após o aumento da taxa populacional local. Isso, nos direciona a compreender que há a necessidade de dar um enfoque a essa nova realidade, tendo a mesma como uma categoria histórica que sofre com as transformações. Pode-se também trabalhar essas vinculações ocorridas no aumento da urbanização do local e chamar de agricultores periurbanos que nos faz assimilar à proporção de que são “relações entre o rural e o urbano, as mudanças demográficas e as representações simbólicas sobre o rural” (SCHNEIDER, 2009, P.2).

Com isso, chamamos a atenção para detalhar nesse debate, que os produtores locais são incluídos dentro do contexto analítico como povos e comunidades tradicionais, que são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (inciso I Art. 3º Decreto 6.040 / 2007).

Essa relação periurbana corresponde a um espaço geográfico onde se misturam as atividades rurais e urbanas, no qual esse espaço é localizado para além dos subúrbios da cidade resultando assim na implantação dispersa do povoamento urbano no meio rural. Os camponeses se enquadram na categoria periurbana quando o meio rural deixa de ser analisado de forma isolada, mas a partir dessa compreensão analisa-se como uma formação agrícola contemporânea caracterizada pela resistência do trabalho no campo, mesmo em tempos de crescimento demográfico.

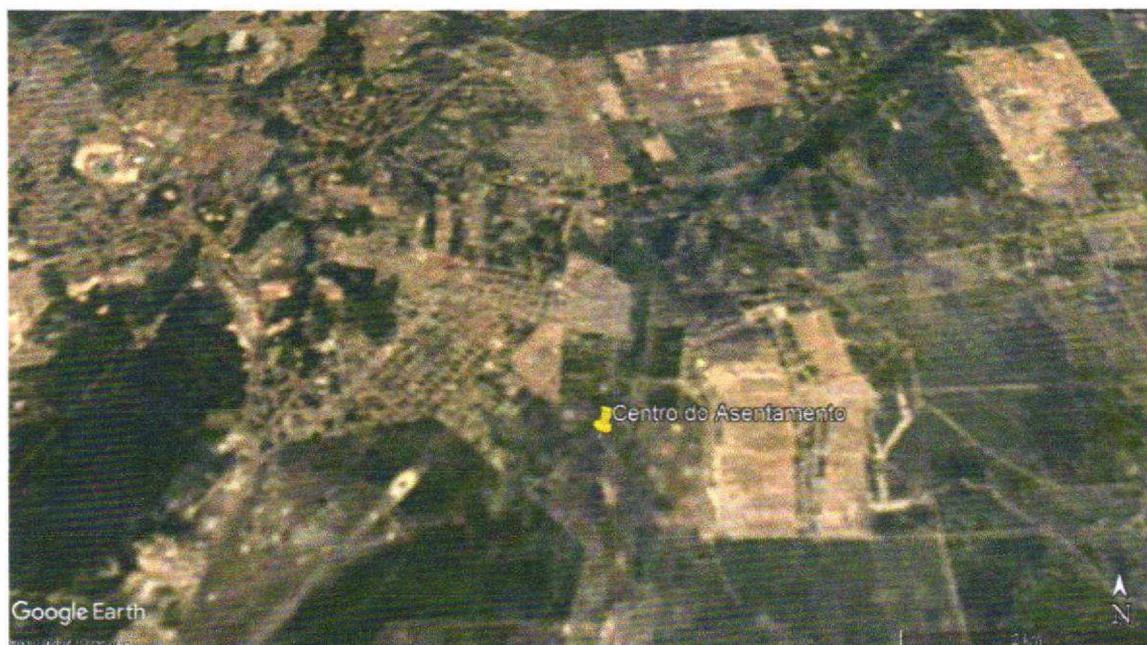
Para esclarecer melhor essa interação entre o urbano e o rural presente nas grandes cidades, é necessário descrever que há uma dinâmica externa que compreendemos como:

(...) resultado da inserção das aglomerações rurais em espaços mais amplos, predominantemente urbanos ou predominantemente rurais. No primeiro caso, os espaços rurais são chamados periurbanos, ao passo que os mais distantes das cidades são considerados como o “rural profundo” ou “remoto”. É preciso, no entanto, desde já, esclarecer que o espaço periurbano, aqui considerado, é rural e, como tal, se distingue dos subúrbios e das periferias (urbanas) das cidades. Como afirma Jean, o periurbano “não evolui para urbano”. Da mesma forma, o “rural profundo”, onde também se encontram cidades que frequentemente funcionam como polos centralizadores locais, está integrado à sociedade e, em alguns países, vive, de alguma forma, a efervescência do renascimento rural (WANDERLEY, 2000, p. 110).

Nesse mesmo entendimento sabe-se que é bastante compreensível analisar que os espaços urbanos se tornaram relevantes a partir do crescimento populacional, sendo a concepção das atividades desses produtores cada vez mais necessárias para manter as características e modo de vida. Assim segundo Kayser (1994 apud BRAGA; CARNEIRO, 2019, p. 245), as três tipologias dos espaços rurais são:

a) os espaços em vias de despovoamento e de abandono; b) o espaço periurbano que, apesar de próximo aos centros urbanos, mantém as características rurais e a importância da atividade agrícola; c) o meio rural vivo, que constitui a parcela mais significativa do meio rural, também integrada à sociedade e fortemente marcada pela presença das atividades primárias.

Figura 3 – Faixa de ocupação do bairro São Cristóvão em 1985



Fonte: Google Earth - Landsat/Copernicus
Org.: Oliveira, 2020

As cidades demandam de territórios amplos para englobar a sua necessidade de subsistência e moradia, sobrevivendo assim da importação de uma vasta quantidade de alimentos que são produzidos em outros estados criando assim uma grande dependência externa. Presenciamos essas necessidades nos grandes centros de distribuição de alimentos (CEASA), que são aliadas as capitais e recebem por dia uma grande quantidade de produtos de outros polos de produção em estados longínquos.

Investiga-se também, que uma grande porcentagem da população não obtém condições financeiras necessárias para pagar por alimentos importados, a ver que o custo de produção, transporte, fertilizantes e processamento atrelados a estes produtos são repassados ao consumidor gerando um impacto maior para a alimentação e economia local. É necessário compreender que a área que antes era mais utilizada pelos agricultores para cultivo e manejo dos produtos locais, atualmente é usada pelos habitantes locais ou pelas grandes corporações imobiliárias que investem alto para adquirir terras para construção civil.

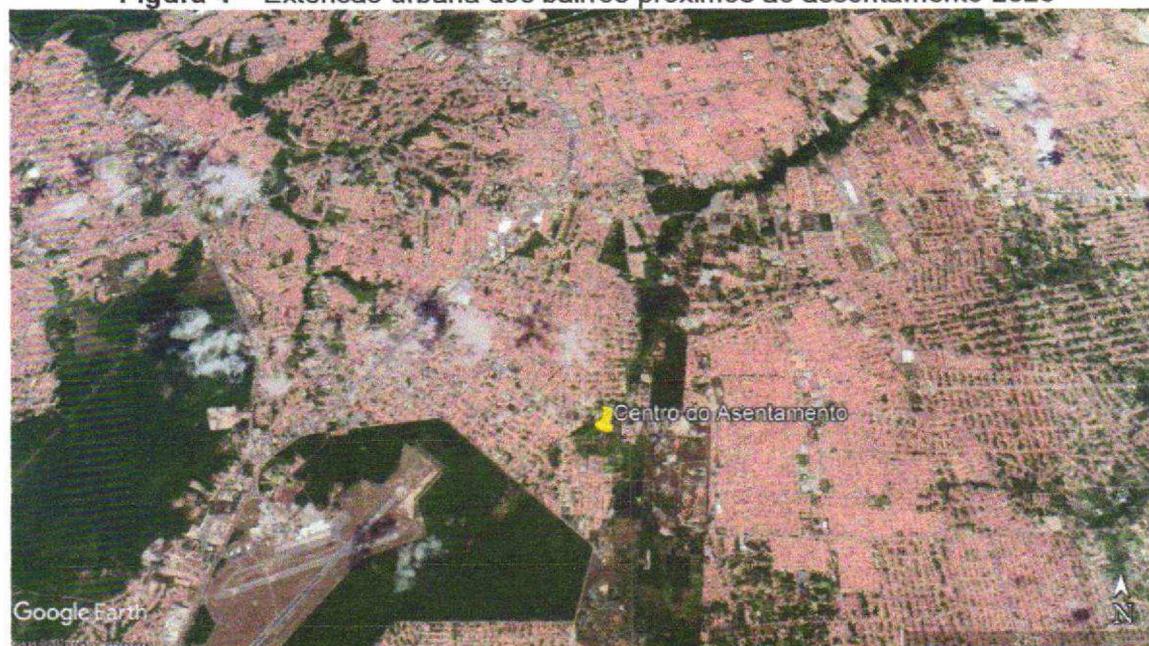
É possível observar na **figura 3** que em 1985 o bairro que inicialmente era denominado somente como São Cristóvão desfrutava de uma grande faixa verde que

nesse período ainda não havia nessa localidade uma grande disposição para a construção habitacional. No decorrer de trinta e cinco anos já se pode observar que o cenário atual é bem diferente, desta forma, podemos compreender que o campesinato local é exemplo de resistência e representatividade dos produtores locais.

Para Machado (2002), esse fator de produção da agricultura dentro de grandes centros urbanos é favorável de modo que:

A agricultura urbana desempenha importante papel para modificar a performance ecológica das cidades e um dos maiores contrastes é a perda dos espaços nas cidades para a produção de alimentos. Entretanto, existem várias oportunidades de sanear o ambiente e a ecologia das cidades. O agricultor urbano pode ajudar a criar um microclima adequado, conservar o solo, minimizar o lixo nas cidades, promover a reciclagem de nutrientes, além de melhorar o manejo da água, da biodiversidade, do balanço de O₂ e CO₂ e da consciência dos cidadãos urbanos.

Figura 4 – Extensão urbana dos bairros próximos ao assentamento 2020



Fonte: Google Earth - Landsat/Copernicus
Org.: Oliveira, 2020

É relevante discutir que a urbanização fora de planejamento é atualmente um problema que acarreta as grandes capitais, não somente no Brasil, mas também em grandes países. Também já é analisado por pesquisadores que não há atualmente

políticas favoreçam a agricultura nos grandes centros urbanos, o que fragiliza ainda mais no trabalho do agricultor que busca sobreviver em meio a tantas mudanças.

Para Aquino e Assis (2007), essas políticas não são aplicadas pois na atualidade as prefeituras das grandes cidades ainda não compreendem a necessidade da manutenção dos agricultores em seus domínios e nem fomentam a produção local, desconsiderando o rural e a interação necessária entre esses dois conceitos o que gera muita discussão ainda na aplicação de leis, e desta forma os autores citam que:

Embora haja muita controvérsia em torno do tema, o elemento mais comum nas definições sobre a agricultura urbana tem sido a localização em relação à proximidade das cidades (intra ou periurbana). Entretanto, não é a localização urbana que distingue a agricultura urbana da agricultura rural, senão o fato de que está integrada e interage com o ecossistema urbano (AQUINO; ASSIS, 2007, p. 139).

No entanto, esse fator surge como elemento comum em várias capitais e grandes centros urbanos, o que gera uma pluralidade de conceitos entre os atores envolvidos. É importante destacar que o desenvolvimento socioeconômico é relevante para captar as múltiplas compreensões das partes, sendo o agricultor o sujeito de menor participação nos lucros da polarização urbana, mas sendo o agente responsável em alimentar e contribuir para a segurança alimentar das famílias, feiras e dos circuitos urbanos.

É possível comprovar que a agricultura ainda preserva características ambientais que preservam e melhoram a qualidade de vida urbana, diminuindo a degradação do solo, assim como, a emissão de gases poluentes na atmosfera. Conforme observado na **figura 4** a aglomeração urbana teve como principal função diminuir o espaço da produção camponesa e tradicional do agricultor local, isso resultando da ocupação desordenada que surgiu após o crescimento da população local, o que não diminui ainda mais a necessidade da manutenção das áreas de cultivo que ainda são representadas pelos polos horticultores locais.

5.3. A construção de saberes e a prática desenvolvida no assentamento a partir da bolsa de extensão UEMA

Durante um ano de trabalho entre os anos de 2018 a 2019 buscou-se conhecer e descobrir as necessidades da comunidade do assentamento PAM Jardim São Cristóvão, foi necessário observar e compreender a dinâmica local e como se dá a organização produtiva do assentamento. Foi constatado que a partir da sua fundação em 1995 os assentados trabalhavam no modelo de cooperativismo que é quando os produtores rurais sentem a necessidade de organizar “sua produção no intuito de amenizar as dificuldades encontradas na terra. Essa organização se dá em forma de mutirões e ajuda mútua, reproduzindo uma economia tradicional conhecida como economia da reciprocidade” (SABOURIN apud SILVA, 2012, p. 63).

É importante evidenciar que para os movimentos sociais a organização e inserção do cooperativismo para produção camponesa é um instrumento de luta contra o poderio do capital sobre a produção rural, com base nesse pressuposto é fácil identificar que essa estratégia utilizada pelos camponeses é necessária para manutenção dos assentados no campo e permanência da produção tradicional local. Um grande exemplo que temos sobre os movimentos socioterritoriais é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que busca na organização e cooperativismo desenvolver os seus sistemas de produção com base no manejo agroecológico sem uso de veneno.

O MST é um movimento de massas que reúne trabalhadores rurais que lutam pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade sem explorados e exploradores. É uma organização de caráter nacional, com implantação em praticamente todos os estados brasileiros e que se caracteriza por realizar lutas massivas de ocupação de terras visando pressionar os governos a fim de que realizem desapropriações de áreas e assentamento de trabalhadores. [...] O MST pode ser definido também como uma empresa social por apresentar objetivos sociais e adotar estratégias de desenvolvimento econômico com gestão empresarial participativa e democrática (VAZZOLER, 2004, p. 68).

É necessário argumentar que o cooperativismo favorece o campesinato, este possibilita aos assentados a buscar formas de financiamento junto aos bancos que são necessárias para a melhoria da produção interna, ajuda a inserir os produtos do campo diretamente nos mercados, possibilita aos camponeses a aquisição de

maquinas e ferramentas para o trabalho, assim como a disposição de insumos e matérias primas.

Os produtores do assentamento estiveram durante anos envolvidos a vários projetos de financiamento para plantio local, estes vinculados a políticas de *ampliação da produção agrícola que visou modificar o meio rural e a modernização da agricultura*, foram inseridos em estratégias de desenvolvimento baseado no financiamento da produção e importação de produtos vinculados a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, obtiveram garantias de acompanhamento agrícola, este por intermédio do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO, assim como a inserção de novas tecnologias para melhoramento genético do plantio promovido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Esses órgãos juntamente com os produtores trabalharam conjuntamente conforme projeto desenvolvido e financiado pelo governo federal, assim, produtos, agricultores de várias regiões foram inseridos nesse processo.

De acordo com Grisa (2012), pode-se afirmar que os principais produtos favorecidos foram aqueles considerados como modernos, associados aos interesses da agroindústria e destinados à exportação ou à substituição de importações, como soja, trigo, cana-de-açúcar, café e laranja. Deste mesmo projeto foi analisado que os maiores privilegiados foram os produtores com maior tradição no mercado de distribuição nacional, estes estruturados em associados de produtores, também as agroindústrias que são as empresas que distribuem os produtos de grande interesse nacional geralmente capitalizadas localizadas nas regiões Sul e Sudeste do país (GRISA, 2012, P. 19).

O assentamento em análise foi deveras favorecido em partes com esse projeto, segundos os produtores locais a iniciativa durou entre três anos e meio a quatro anos de trabalho conjunto, que naquele período gerou trabalho e renda as famílias assentadas fortalecendo ainda mais a renda dos camponeses. Após esse período viu-se a degradação do projeto a partir do abandono dos órgãos responsáveis devido a falhas financeiras, por parte do Governo Federal, o projeto teve que ser finalizado antes mesmo do fim do contrato. Aos assentados não restaram outra alternativa senão a substituição do projeto por outros os quais obviamente não contavam com financiamento e tampouco com qualquer tipo de assistências por parte das agências públicas de qualquer esfera de governo.

Segundo Grisa (2012) para os pequenos agricultores também sobraram problemáticas e consequências, assim, ela afirma que:

Aos agricultores familiares – reconhecidos como “produtores de baixa renda”, “pequenos agricultores”, “produtores para a subsistência” etc.³ – couberam sobretudo consequências das políticas de modernização da agricultura, como o endividamento, o desemprego, a perda da terra, o êxodo rural e agrícola e a degradação dos recursos naturais (GRISA, 2012, p. 19).

. A luta pela manutenção da terra não se caracteriza somente pela luta para obter a posse da terra, mas, é também uma luta para manter a terra produtiva para subsistência das famílias, ou seja, os habitantes e produtores desta terra não veem outras formas de trabalho que não seja a produção no campo, estes camponeses têm identidade com a terra e desde que conheceram o trabalho no campo desejam assim se manter no campo. Analisa-se que os camponeses agricultores buscam resistir a ausência de apoio governamental e financiamento devido para manutenção da agricultura local, assim como a manutenção de sua produção e reprodução, pode-se observar que é visível essa resistência não só nos dias atuais, mas em vários cenários que compõem os anos de lutas destes produtores para manutenção da área.

Foto 1 - Plantação de coco associada ao projeto de frutas tropicais EMBRAPA



Fonte: Pesquisa de Campo
Autor: Oliveira, 2018

De acordo com o sistema de dados do INCRA, temos inseridos dentro do Bioma Amazônico maranhense um total de 615 assentamento de reforma agrária, estes distribuídos em 8 modalidades diferentes que se enquadram em várias classificações como:

432 são classificados na modalidade Projeto de Assentamento Federal (PA), 144 são Projeto de Assentamento Estadual (PE), 20 são Projeto de Assentamento Casulo (PCA), 7 são Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), 6 são Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), 3 são Reservas Extrativistas (RESEX), 2 são Projeto de Assentamento Quilombola (PAQ) e 1 enquadra-se como Projeto de Assentamento Municipal (PAM). Em termos percentuais, 93,7% dos assentamentos são enquadrados como PAE ou PE. As outras 6 modalidades contribuem com apenas 6,3% dos assentamentos (ZEE, 2020, p. 484)

Temos dentro do Bioma Amazônico um total de 108 municípios maranhenses, destes somente 92 dispõem de assentamentos de reforma agrária. Estes possuem a soma de uma área de 2.914.452 ha para produção, que impulsionam a economia de 84.780 famílias (ZEE, 2020). Com isso pode-se considerar que somente 85,2% dos municípios inseridos no Bioma Amazônico possuem algum tipo de assentamento, e assim acrescentar que em todo o estado do Maranhão, este é o único assentamento que é reconhecido pelo INCRA como PAM, no qual a quitação das terras foi feita pela prefeitura de São Luís na gestão da prefeita Conceição Andrade 1993 a 1997.

Com essa compreensão, pode-se exemplificar que os polos de produção existentes dentro da Microrregião da Aglomeração Urbana da Ilha, são constituídos para além dos assentamentos, e encontram-se presente dentro do território vários polos agrícolas que são representados pelos inúmeros bairros da capital, no qual chamamos de cinturão verde. Desta forma, representam uma quantidade numerosa de polos de produção da agricultura local, que com o passar das décadas vem diminuindo a sua produção devido a expansão da construção imobiliária.

Conforme representado na tabela a seguir, destaca-se o município de São Luís possui a maior concentração de polos de produção dentro da aglomeração urbana, contabilizando cerca de 51 centros de produção e distribuição de alimentos da agricultura local. Também está inserido dentro dessa tabela, os polos de produção agrícola dos outros municípios que contabilizando dão um total de 49. Desta forma,

pode-se perceber que a capital Ludovissence tem ainda dentro de seus domínios uma grande concentração de bairros que ainda preservam a cultura e costumes da agricultura campesina, e com base nos estudos relacionados na área, o município de São Luís tem somente 5,6% da sua população habitando na área rural, estas estão produzindo e fornecendo alimento as inúmeras feiras e centros de distribuição que compõem o circuito econômico da capital.

As feiras são entendidas como importante canal de comercialização nos espaços intraurbanos e periurbanos, sendo parte constituinte desse processo de práticas agrícolas urbanas. Além disso, constituem o chamado circuito curto de abastecimento das cidades, apresentando vantagens importantes ao pequeno produtor, especialmente no que se refere ao baixo custo, e para o consumidor, que recebe produtos frescos, colhidos no mesmo dia e que não foram estocados em prateleiras ou galpões (GOMES, 2018, p. 2).

Tabela 2 – Lista de polos agrícolas inclusos na Microrregião da Aglomeração Urbana da Ilha

Município	Polos agrícolas	Quant.
São Luís	Tajipurú I e II, Coquilho I e II, Conceição, Mato Grosso, Caracueira, Laranjeiras/Murtura, Rio Grande, Cabral Miranda, Assentamento Gisele, Cajupary, CINTURÃO VERDE, Matinha, São Joaquim, Anajatiua, Itapera Polo I e II, Batata, Cassaco, Igarauá, Calembe, Terra do Rumo, Tajaçoaba, Baixão dos Agricultores (São Cristóvão), Quebra - pote, Maracanã, Estiva, Caratatiua, Poirão, Assentamento Conceição, São José dos Índios, Cajueiro, Parque Sabiás, Vila Maranhão, São Raimundo do Motor, Pedrinhas, Tindiba, Tibiri, Jardim São Cristóvão, Nova República, Novo Horizonte, Maracujá, Ananandiba, Nova Betel, Arraial, Caratativa, Dom Mota, Rio do Meio, Taima, São Cristóvão II.	51
Raposa	Vila Boa Esperança, Cumbique, Talita (Pirâmide), Alto da Base, Caura, Itapeua.	6
São José de Ribamar	Bom Jardim I e II, Boa Vista da Maioba, Panaquatira, Santa Maria, Santa Mônica, Boa Viagem, Jota Câmara, Sede (Centro, Campina), Vila Julinho, Vila Roseana Samey, Piçarreira, Mata, São Braz e Macaco, São Paulo, São José dos Índios, Maioba, Sítio do Apicum, Juçatuba, Vila São José, Vila Sarney Filho, Canavieira, Miritiua, Timbuba, Nova Terra.	25
Paço do Lumiar	Pindoba, Itapera da Maioba, Mercês, Iguaíba, Parque Thiago, Vila Nova, Multirão, Toari, Maiobão, Vila São José, Nossa Senhora, Paço do Lumiar, Pau Deitado, Mocajituba, Nova Canaã, Mojó, Timbuba e Tendal	18
Total		100

Fonte: Gomes (2016 apud Ofício nº 11/2016 da Semapa), em 2015; Reis (2017); Secretaria de Agricultura de Raposa (2018).

Org.: Oliveira, 2021

A forma que os produtores resistem a ausência de financiamento e de apoio governamental para a manutenção de sua produção e reprodução, mostra como essa resistência é visível não só nos dias atuais, mas sempre foi presente na capital São Luís, assim como em outros municípios do Maranhão. Evidencia-se que os assentados do PAM não se deixam abater pelas adversidades, e mesmo após o fim do projeto anterior, buscaram outras formas de providenciar a manutenção de sua produção e conseqüentemente da sua renovação na condição de camponês.

Outro projeto implantado no PAM Jardim São Cristóvão II, foi da criação de galinhas de granja, onde para a implantação deste projeto, os produtores fecharam contrato para o financiamento granjeiro, assim o financiamento lhes possibilitou a construção de galpões visando o armazenamento dos animais para criação. Pode-se ver nas visitas realizadas na área que além dos galpões os assentados obtiveram financiamento para compra de silos para armazenamento de grãos e rações para a criação.

Também foi um projeto criado pela associação local que em alguns anos foi abandonado devido ao corte de investimentos que lhes haviam sido concedidos pelo governo federal para democratização do trabalho no campo, onde baseado na concepção dos camponeses locais, uma grande parte dos financiamentos repassados para a implantação dos projetos ficavam retida nos bancos o que atrapalhava o crescimento e repasse dos recursos aos associados.

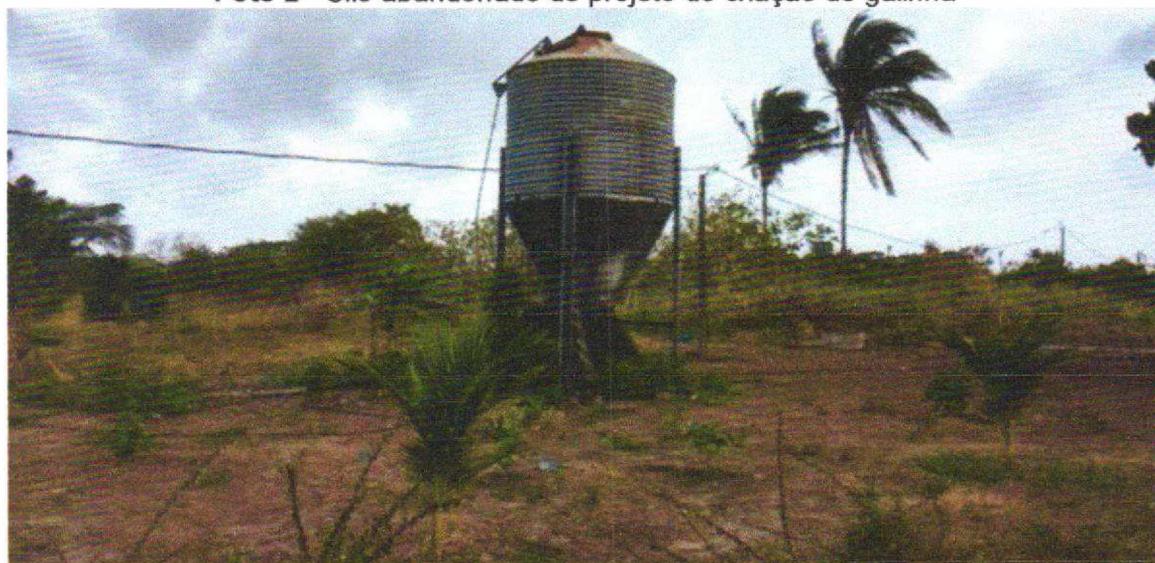
Ainda que os créditos para a agricultura familiar tenham aumentado muito e sejam distribuídas segundo diversas modalidades, apenas representam de 15% a 20% daqueles destinados à agricultura patronal. O mais surpreendente é que essa visão hegemônica do sucesso do agribusiness, politicamente construída pela bancada ruralista conservadora, conseguiu introduzir efeitos perversos de inspiração neoliberal no seio dos programas principais do governo Lula para o campo, embora controlados pelo Partido dos Trabalhadores (PT): segurança alimentar (Fome Zero), reforma agrária e apoio à agricultura familiar (SABOURIN, 2007, p. 716).

O PRONAF era um dos principais programas que fortalecia a agricultura local, entre o discurso dos camponeses inseridos no PAM, todos os programas e recursos concedidos aos associados foram planejados e trabalhados conforme projeto apresentado ao INCRA e a Prefeitura de São Luís. Assim, a medida que conversamos com os associados percebe-se que os camponeses partilharam de todos os

investimentos inseridos na comunidade, assim como, também dividiram entre eles os custos e pagamentos dos empréstimos concedidos ao assentamento.

Assim, o descrédito dos assentados em relação aos agentes financeiros, seria o responsável pela sua resistência ao acesso de novos financiamentos, em razão do medo de assumirem dívidas que certamente não terão como saldar e que em virtude das frustrações de experiências anteriores, não acreditam que tais financiamento poderão acrescentar algo significativo em suas vidas.

Foto 2 - Silo abandonado do projeto de criação de galinha



Fonte: Pesquisa de Campo
Autor: Oliveira, 2018

Em virtude da necessidade de manutenção dos assentados em seus lotes, e dar continuidade à produção, sem o risco de novos endividamentos, os líderes e os demais assentados fizeram uma mudança nas formas de produção do assentamento. Analisado a necessidade que cada um manter a sua produção, os assentados da PAM Jardim São Cristóvão II puseram fim ao modelo de produção cooperativista da qual mantinham desde o início do assentamento.

Conforme afirma Scopinho (2007), economicamente, a cooperação configura-se como uma estratégia de proteção dos trabalhadores contra as adversidades historicamente vivenciadas pela pequena produção rural. Assim estes produtores que agora deixariam de trabalhar em modo de cooperação teriam mais

dificuldade de conseguir investimentos para sua produção, o modo de trabalho individual tira a responsabilidade de todos trabalharem no mesmo projeto, ou com o mesmo plantio, e cada um teria seu lote de terra para plantar conforme a sua necessidade, todavia há o enfraquecimento da luta em prol de uma causa comum.

Os assentados decidiram então pela produção individual, deste modo, foi feita a fragmentação do assentamento, distribuindo um lote para cada assentado, cabendo a cada família um com um lote de 1,000ha e conseqüentemente, a produção passou a ser realizada individualmente. A produção individual é ainda feita com certa dificuldade pois no contexto da autossuficiência da agricultura familiar é urgente gerar estratégias que visem superar as dificuldades de reprodução frente aos crescentes investimentos de capital (DALMORA, ESTEVES, SANTOS, SILVA, CUNHA, 2012).

Do total de 20 associados que são registrados pelo INCRA, tivemos a liberdade de conversar com 7 destes produtores que nos relataram as suas vivências e convivências dentro do território estudado. Estes relatam que ainda dependem da renda agrícola sendo que a mesma ainda não é suficiente para o custeio das despesas familiares, complementado a renda com trabalhos chamados de bicos. Uma parte desses associados já se encontram em idade um pouco avançada o que já é presente o uso da terra pelos filhos e netos desses camponeses que tendem a repassar seus conhecimentos para que as futuras gerações continuem cuidando da manutenção do assentamento.

Foto 3 – Produtos da Horticultura irrigada nos lotes individuais do PAM



Fonte: Pesquisa de Campo
Autor: Oliveira, 2018

É importante destacar que atualmente os agricultores camponeses inseridos no assentamento trabalham para manter e desenvolver a área usada para

cultivo, de forma que todos os usuários de lotes pagam mensalmente um valor simbólico para contribuir com a manutenção de itens como consumo elétrico, manutenção do poço artesiano, manutenção e compra de máquinas para limpeza das áreas de plantio e aquisição de animais para criação. Os assentados mantem dentro da área do assentamento dois campos de futebol que que é alugado, esse aluguel é recebido pela associação e mantido como forma de arrecadar recursos, assim entre os demais valores que são recebidos, este também consta como fundo de manutenção do assentamento.

Com a finalidade de melhorar a produção implantou-se no assentamento um sistema de irrigação que atende a todos os hectares do assentamento. Essa irrigação é feita com o auxílio de um poço artesiano que foi construído no assentamento através de um projeto do Governo do Estado do Maranhão, o qual é fundamental para que as famílias possam manter sua produção com certa regularidade ao longo do ano, mesmo em períodos de estiagem. Essa é uma forma de manter os produtores com o cultivo da terra mesmo em períodos que seriam impossibilitados, assim, a produção é mantida e os agricultores conseguem se manter produtivos e dentro da sua perspectiva de manutenção da terra.

Durante o período de um ano, no decorrer da pesquisa de extensão UEMA, buscamos compartilhar conhecimentos juntamente a esses produtores que acrescentaram demais aos nossos estudos que em vários momentos se disponibilizaram a apresentar as suas várias formas de cultivo e manejo da terra, com isso, buscamos juntamente a esses camponeses conhecer quais as necessidades do assentamento para disponibilizar, conforme a extensão, um curso que pudesse ampliar e agregar conhecimento aos assentados.

Assim, conforme o plano de trabalho de extensão, fez-se necessário inicialmente organizar o “Minicurso Fundamentos da Produção Orgânica de Hortaliças”. Para a realização desse minicurso tivemos que promover reuniões na associação para explicar a necessidade desta palestra para esses agricultores, já que os mesmos usavam insumos químicos na sua produção, e estes não possuíam um prévio conhecimento sobre os danos causados pelo material ao solo e ao alimento produzido pelo assentamento.

Segundo ARRAES et al. (2005), é importante compreender que a extensão:

Permite o estreitamento do contato da universidade com a sociedade, possibilitando que pessoas integrantes do meio acadêmico vivenciem realidades e problemas existentes na sociedade, neste caso, as comunidades rurais, e que estas tenham a possibilidade de obter informações oriundas da universidade.

Essa aproximação beneficia os dois lados, visto que a universidade complementa a formação acadêmica dos alunos inseridos na comunidade, assim como a sociedade se aproxima mais do conhecimento acadêmico transformado em práticas participativas. As práticas dos projetos de extensão trás o conhecimento popular para a universidade como ferramenta de aproximação entre estudantes, professores e agricultores possibilitando a prática dos conhecimentos adquiridos, valorização da ciência popular respeitando a realidade do contexto social, econômico, cultural e ambiental.

Desta forma para GOMES et al. (2011) a extensão é:

Um espaço de troca de experiências, aprendizagem e construção de saberes entre estudantes universitários, jovens agricultores, professores e pesquisadores, através dos debates e diálogos nos diversos espaços de atividades teóricas – praticas, sobre a sociedade, cidadania e também sobre legislação, ecologia, meio ambiente, técnicas de produções agroecológicas sustentáveis e o papel de cada indivíduo na construção de uma sociedade ecologicamente sustentável e socialmente justa.

Com os agricultores assentados no PAM notamos que havia uma carência básica em conhecer alguns procedimentos referentes a uso de materiais químicos para limpeza e conservação da área de plantio, visamos apresentar a estes produtores a necessidade do estudo do desenvolvimento sustentável para solucionar os efeitos degradantes da agricultura local. No caso do projeto do nosso grupo de pesquisa havia a necessidade de compartilhar com estes camponeses conhecimentos teóricos, metodológicos e técnicos, para que estes pudessem desenvolver uma agricultura baseada nos fundamentos da agroecologia.

Fizemos questão de frisar no curso sobre a importância da integração da agroecologia aos sistemas de produção, e dentro desse ponto de análise foi exemplificado como se faz gradualmente entre os produtores a inserção das mudanças necessárias para diminuir o uso de insumos químicos. Recomendamos que

a inserção desta nova prática no assentamento deve ser feita por todos os associados com a mudança inicial que seria transição interna ao sistema produtivo, e inclui redução e racionalização do uso de insumos produtivos, substituição de insumos, manejo da biodiversidade e redesenho dos sistemas produtivos.

O curso versou sobre o que é uma produção orgânica de alimentos, noções sobre a agroecologia e sobre a agricultura baseada na sustentabilidade, no qual, “a Agroecologia apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias que permitem o estudo, a análise, o desenho, o manejo e a avaliação de agroecossistemas” (ALTIERI, 1995).

Foto 4 – Minicurso cedido pelo GEPQAM/UEMA para os assentados do PAM Jardim São Cristóvão II

**CURSO: FUNDAMENTOS DA PRODUÇÃO
ORGÂNICA DE HORTALIÇAS**

Dr. Carlos Freitas
Pesquisador da Embrapa Cocais

São Luís – MA
Julho/2019



Fonte: Pesquisa de Campo
Autor: Oliveira, 2019

A transição agroecológica é transformação gradual das bases produtivas e sociais da agricultura pela incorporação da dimensão ecológica a produção agropecuária, com isso tem-se comprometido dentro da pesquisa proposta ajudar a comunidade a compreender essas mudanças e de fato usarem o curso cedido a eles para modificar modos e formas de produção.

Conforme afirma Fernandes (2019), o movimento camponês torna-se atualmente um movimento alimentar que tem como preocupação o cuidado com a natureza, garantia de alimentos de qualidade, promoção da saúde da terra e das pessoas. Para isso é importante compreender a necessidade de transformar os sistemas alimentares em sustentáveis, reconhecendo a deficiência do uso de insumos

químicos e sintéticos, para promover a promoção da biodiversidade. É um modelo que recupera a soberania estratégica de produção de alimentos que em décadas anteriores havia sido incorporada pelas grandes indústrias, e com essa postura, “defende a produção em pequena escala, agroecológica, e o comércio local, contra a produção de commodities em grande escala, com produtos que viajam milhares de quilômetros, visando prioritariamente o mercado internacional” (FERNANDES, 2019, p. 204).

Uma das ações com maior significado dentro deste processo de introdução de novas práticas agrícolas, é fomentar junto e estes, de forma associativa, ter compromisso e respeito ao meio ambiente e contribuir para desenvolver de forma coletiva a consolidação desse novo modelo de agricultura. Com a concordância entre os camponeses envolvidos na pesquisa foi possível analisar alguns conflitos entre os mesmos com a imersão em um novo modelo de produção, sendo que para alguns não seria possível fazer o processo de transição sem ação coletiva dos associados.

Um outro fato que merece ser destacado, é que mesmo com uma divulgação ampla entre os produtores, uma grande parte desses não compareceram à palestra, demonstrando uma certa resistência de alguns associados às mudanças que poderiam gerar a transição agroecológica. Cabe analisar também que uma grande parte dos associados camponeses que tem a resistência de mudar os hábitos de produção, são os que possuem uma idade mais avançada.

Cabe salientar que dentro do curso ofertado foi esclarecido sobre a Lei 10.831/2003 que estabelece normas sobre a produção vegetal e fertilidade do solo, reciclagem de matéria orgânica para a manutenção da fertilidade do solo, utilização de fertilizantes e corretivos baseada na análise de fertilidade do solo e também lista de fertilizantes e corretivos inoculantes permitidos para sistemas orgânicos de produção. No IN 17 da lei foi também esclarecido sobre a produção vegetal e manejo de pragas e doenças, e com isso foi explicado sobre a proibição do uso de agrotóxicos sintéticos para combate ou prevenção de pragas e doenças, necessidade de assegurar a diversidade na produção vegetal assim com a lista de produtos fitossanitários permitidos para sistemas orgânicos de produção.

É importante compreender que “ao contrário do agronegócio onde tudo é transformado em mercadoria, a agroecologia é um compartilhamento comunitários de

culturas e diversidade” (FERNANDES, 2019), disto defende-se a inserção de conhecimentos advindos dos estudos acadêmicos para a promoção da troca de saberes entre os movimentos camponeses propiciando a prática agroecológica construindo um novo conhecimento técnico científico.

Foto 5 – Pesquisadores, palestrante, presidente e associados do PAM após o minicurso



Fonte: Pesquisa de Campo
Autor: Oliveira, 2019

Tem-se como base que esse o modelo de produção de alimentos agroecológicos é atualmente uma proposta de estudo que busca harmonizar e unir conceitos das ciências naturais e sociais, levando a compreender essa relação em um patamar de discussão mais amplo que buscam compreender a agroecologia como um movimento dedicado a melhoria das relações de produção entre homem e natureza, buscando sempre o fator sustentável, econômico, ecológico, social, político, ético e cultural.

Sustenta-se como exemplo, que a produção agroecológica é entendida como a interseção para diminuir os impactos ambientais que são agravados pela

produção da monocultura, desta forma, ela tem como proposta romper com os métodos convencionais propostos pelas grandes indústrias que usam produtos químicos de forma exagerada visando sempre o lucro. Assim, a produção local na área do assentamento tem em sua base o conhecimento já adquirido pelos camponeses, e a pesquisa propôs em ajudar a ampliar o conhecimento que já lhe era repassado por gerações anteriores, fazendo assim uma interseção entre conhecimentos.

É importante também destacar que a soberania alimentar segundo Fernandes (2008) só será concretizada quando países ou estados definirem as suas políticas agrícolas, protegendo sua produção, cultura alimentar que é relacionado a luta de um povo para produzir o que deseja comer. No qual segundo Rosset (2003) é uma questão de segurança alimentar nacional associada a cultura camponesa, assim, tem-se como entender que as relações políticas e econômicas sempre farão parte da luta dos camponeses pela produção orgânica de alimentos, assim como a soberania alimentar que são socialmente difundidas pelos produtores e defendidas com lutas e suor dos camponeses e agricultores dos vários assentamentos que alimentam a todos os municípios desse país.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, é necessário aqui apresentar de fato o que foi essa pesquisa e como foi gratificante participar das atividades e projetos que conseguimos implementar juntamente aos assentados do PAM, e atualmente existe várias discussões entorno do assentamento que nos faz entender que o território desses camponeses carece bastante de recursos financeiros para que esses produtores consigam trabalhar em melhores condições. Desta forma, a nossa chegada ao assentamento não foi bem vista pelo presidente daquele período que não nos deu muito acesso ao assentamento, mas tendo em vista a mudança de presidência, fomos bem recebidos pelo segundo gestor do assentamento que nos deu total acesso aos processos do PAM, assim como nos recebeu e explicou bastante sobre a história dos assentados no local.

A vista disso, tivemos como participar das reuniões dos assentados e conseguimos conhecer uma grande parte dos assentados e suas necessidades, assim em conformidade com o INCRA é evidente que a terra usada pelo PAM possui todas as características que tornam esse território muito produtivo para os agricultores. Compreende-se também que este projeto de assentamento é necessário e se torna uma referência para a produção e distribuição de alimentos das principais feiras livres que estão inseridas dentro da capital Ludovissence.

Identificamos que o processo de urbanização desenvolvimentista que está sendo inserida dentro da Aglomeração Urbana, desconhece a necessidade da manutenção dos assentamentos rurais, proporcionando assim um avanço da especulação imobiliária dentro dos grandes centros, que atualmente está se estendendo para as áreas rurais da cidade, diminuindo o cinturão verde. Assim é necessário compreender que há uma resistência dos assentados de reforma agrária em permanecer trabalhando e se reestruturando em todos os anos para manter a terra sempre produtiva e organizada.

Lembrando que esse assentamento é fruto das lutas sociais e reivindicações camponesas, mesmo após a criação ver-se um desrespeito e um descaso com os produtores por parte dos órgãos de financiamento e, mesmo com todas as dificuldades apresentadas, os camponeses se encontram diariamente compartilhando a sua produção e conhecimento com os demais associados.

É necessário também destacar que esses produtores são concorrentes de produtos que são advindos de outros estados e são distribuídos pela CEASA da capital, assim esses produtos não são acessíveis a todos os habitantes da cidade, e a maioria das pessoas de baixa renda buscam se alimentar com produtos mais baratos, nos quais são provenientes dos agricultores locais. Vale também ressaltar que todos os assentados têm direito a irrigação em seus lotes para manter o plantio em todos os períodos do ano, fazendo com que a horticultura esteja sempre disponível para todos os agricultores.

Importante também citar que com o aumento da urbanização e crescimento dos custos familiares advindos da pouca renda, alguns assentados exercem dupla funções fazendo trabalhos também em outras áreas como: construção civil, carpintaria, vigilante e outros trabalhos que possam complementar a sua renda, assim como também as mulheres que além de cuidar da horta e da família, buscam acrescentar renda trabalhando com artesanato, costura e demais atividades que os mesmos citam como bico. Assim podemos destacar que os camponeses têm sua função socioeconômica bastante ativa, com isso, estes reconhecem que os investimentos na agricultura seriam uma boa forma de renda para que esses produtores não necessitassem trabalhar dobrado para sobreviver.

As linhas de créditos que são discutidas dentro das reuniões, no papel sempre são bem vistas por eles para implementação e distribuição de renda a todos, mas em vários momentos foi citado por eles que alguns destes investimentos acrescentaram aos associados dívidas que os mesmos passaram vários anos para quitar. Assim os projetos de produção apresentados a estes associados sempre são aceitos pela maioria, mas em alguns momentos estes planejamentos não saíram bem como no projeto e acabaram acarretando ainda mais prejuízos aos associados.

É necessário questionar que há uma inexistente reforma agrária para os pequenos produtores, no qual os maiores investimentos são sempre inseridos e jogados na mão de grandes indústrias que esbanjam dinheiro público e produzem fome, no qual a grande indústria monocultora está interessada somente no lucro da exportação de commodities para países estrangeiros e lucrando milhões todos os anos sendo esse setor um dos maiores detentores de grandes latifúndios que poderiam estar servindo de produção de alimento para milhares de brasileiros desse país.

É necessário que o poder público busque atuar em políticas que possam fortalecer e promover ações que diminuam os problemas sociais e econômicos que são existentes no campesinato local, garantindo assim o desenvolvimento e a manutenção das famílias do campo e fortalecendo a produção. Desta forma, legitima a construção de novas fontes de conhecimento desse assentado que tem identidade com a terra e a produção para seu sustento familiar.

Assim compreendemos que o desejo desses produtores é ter uma melhor condição financeira e de vida, e essa é uma das condições que induz os produtores a buscarem mesmo em qualquer circunstância lutar pela sua autonomia e por uma melhor distribuição de terras, estas que passam por constantes transformações cultural, social, científico e comunitário.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Adriana María de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & sociedade**, v. 10, p. 137-150, 2007.

ARRAES, Nilson Antônio Modesto et al. ORGANIZAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES DE CAMPINAS: UM PROJETO DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA. **SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. 2005.

BERCOVICI, Gilberto. A Questão Agrária na Era Vargas (1930-1964). **História do Direito: Revista do Instituto Brasileiro de História do Direito**, v. 1, n. 1, p. 176-218, 2020.

BRAGA, Camila Lago; CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Transformações na agricultura periurbana da MRH da aglomeração urbana de São Luís. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 39, n. 2, p. 241-261, 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **PPA 2016-2019: Relatório Anual de Avaliação (Sumário Executivo)**. 2016. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/planoplurianual/170719_ppa_sumario-executivo.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

BURNETT, Frederico Lago; CATUNDA, Paulo Henrique de Aragão; DIAS, Luiz Jorge Bezerra da Silva. **Relatório Técnico de Arranjos Jurídicos Institucionais do Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão (ZEE-MA) - Etapa Bioma Amazônico**. São Luís: IMESC, 2020.

CAMARGO, Aspásia. Verbetes temático—Ligas Camponesas. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro— Fundação Getúlio Vargas**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas>, 2016.

CATTELAN, Renata; LOPES DE MORAES, Marcelo; ALEXANDRE ROSSONI, Roger. A Reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019). **Revista NERA**, v. 23, n. 55, 2020.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad economic campesina**. Trad. R.M. Russivich. Buenos Aires: Nueva vision SAIC, 1974.

CIVIL, CASA et al. DECRETO No-6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. 2007.

DA SILVA, Jhonny Santos. Agricultura familiar camponesa e cooperativismo no Maranhão. **Revista IDeAS**, v. 6, n. 1, p. 50-82, 2012.

DA SILVA, Lenyra Rique. **Do senso-comum à geografia científica**. Editora Contexto, 2008.

DALMORA, Eliane et al. Caracterização dos Sistemas de Produção em Assentamentos Rurais do Território Sul Sergipano. In: **VII CONNEPI-Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação**. 2012.

DE LIMA, AIRTON SOUZA. CAIO PRADO JR. E A POLÊMICA “FEUDALISMO-CAPITALISMO”: PELA DESCONSTRUÇÃO DE CONSENSOS. **Revista Aurora**, v. 2, n. 1, 2008.

DEZEMONE, Marcus. Impactos da era Vargas no mundo rural: leis, direitos e memória. **Perseu: História, memória e política**, n. 1, 2007.

DUVAL, Henrique Carmona; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Sobre o uso da teoria do campesinato na contemporaneidade. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 35, n. 1, p. 62-78, 2015.

FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra livre**, n. 19, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. **PAULINO, ET; FABRINI, JE Campesinato e territórios em disputa**. Editora Expressão Popular, p. 190, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma agrária no governo Lula: a esperança. **Texto elaborado em setembro de**, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares, movimentos alimentares. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 4, n. 7, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. Políticas fundiárias no Brasil. **Roma: FAO**, 2012.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. **Revista de História**, n. 120, p. 153-162, 1989.

GOMES, Bernarda Thailania Ferreira et al. PROJETO DE EXTENSÃO DO GRUPO DE ESTUDO DA AMAZÔNIA: PROMOVEDO UMA RELAÇÃO DIRETA DA UNIVERSIDADE COM JOVENS AGRICULTORES DO PARÁ. **XI Congreso Iberoamericano de Extensión Universitaria : integración, extensión, docencia e investigación para la inclusión y cohesión social**. 2011.

GOMES, João Flávio Bomfim; DE SOUZA, Alex Oliveira; GOMES, Renata da Silva Bomfim. Caracterização socioespacial da produção e comercialização de hortícolas na Ilha de São Luís, Maranhão. **Scientia Plena**, v. 14, n. 4, 2018.

GRISA, Catia. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. **PhD diss., Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**, 2012.

HENIG, Edir Vilmar; DOS SANTOS, Irenilda Ângela; MENDES, José Manuel. Da Lei de Terras a contemporaneidade: A legislação e a construção da questão agrária atual. **SOCIAL REVIEW. International Social Sciences Review/Revista Internacional de Ciencias Sociales**, v. 6, n. 1, 2017.

HOLANDA, Felipe de. Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos. **São Luís: IMESC**, 2008.

LE BERRE, M. **Territoires. Encyclopédie de Géographie**. Paris: Economica, 1995. p. 601-622.

LIMA, Helen de et al. Imposto Territorial Rural como instrumento de política fundiária no Brasil. 2001.

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, CT de T. Agricultura urbana. **Embrapa Cerrados-Documentos (INFOTECA-E)**, 2002.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista nera**, n. 12, p. 57-67, 2012.

MARTINS, José de Souza. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo social**, v. 15, p. 141-175, 2003.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, n. 8, p. 151-172, 2012.

MOREIRA, Paula Adelaide Mattos Santos; GERMANI, Guiomar Inez. RETROCESSOS OU CONTINUIDADE? QUESTÃO AGRÁRIA E A PROPRIEDADE PRIVADA NO BRASIL E SUAS REPERCUSSÕES NA POLÍTICA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DA BAHIA/Setbacks or continuity? Agrarian issue and private property in Brazil and its repercussions on the National Agrarian Reform Policy in the State of Bahia. **REVISTA NERA**, n. 59, p. 276-290, 2021.

NASCIMENTO, Antonio Dias. **Organização de Base: A reinvenção da participação popular, 1985**. 1985. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia.

OLALDE, Alicia Ruiz; PORTUGAL, Cadja Araújo. Agricultura Familiar, Reforma Agrária e sua inserção no enfoque territorial no Brasil. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural “Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional**. 2004. p. 21-49.

PENNA, Camila. GÊNESE DA RELAÇÃO DE PARCERIA ENTRE INCRA E MOVIMENTOS SOCIAIS COMO MODELO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA¹. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 115-148, 2018.

PINHEIRO, Diêgo Henrique Matos et al. **Estratégias de desenvolvimento no Maranhão: o Plano Plurianual (PPA) 2012–2015**. 2018.

PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. **São Paulo: Brasiliense**, v. 9, 2006.

PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2014.

PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2012.

PRIMAVESI, A. M. *Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura*. São Paulo: Nobel, 1997.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RATZEL, F. **El territorio, la sociedad y el Estado**. In: MENDOZA, Josefina Gómez,

JIMÉNEZ, Julio Muñoz y CANTERO, Nicolás Ortega. El pensamiento geográfico. Madrid: Alianza Editorial. 1982. p. 193-203.

RAMOS, Pedro et al. Questão agrária, salários, política agrícola e modernização da agropecuária brasileira: uma (outra) análise do período 1930-1985. **Questão agrária no Brasil: Perspectiva histórica e configuração atual**, RAMOS FILHO, LO & ALY JR., Osvaldo (Eds.). S. Paulo, INCRA, 2005.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?. **Sociedade e Estado**, v. 22, p. 715-751, 2007.

SANTOS, Carlos. Território e territorialidade. **Revista zona de impacto**, v. 13, p. 1-8, 1982.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Ed.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Editora expressão popular, 2009.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 84-94, 2007.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações, Trabalho e Dominação**. Estudos CEBRAP, Petrópolis: vozes, 26: 43-80, 1980.

STÉDILE, João Pedro; LOCONTE, Wanderley. **A questão agrária no Brasil**. Atual Editora, 1997.

VAZZOLER, Márcia Regina. Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista. 2004.

TERRA, Ademir. A PERTINÊNCIA DO CONCEITO DE TERRITÓRIO PARA ANÁLISE DE ASSENTAMENTOS RURAIS/The territory concept's relevance for the analysis of rural settlements. **REVISTA NERA**, n. 48, p. 190-205, 2019.

TERRA, Ademir. Evolução histórica da categoria geográfica território e a sua atual multiplicidade interpretativa. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 17-31, 2009.

POLITZER, Georges; BESSE, Guy; CAVEING, Maurice. **Princípios fundamentais de filosofia**. São Paulo: Hemus, 1970.

FEIJÓ, R. L. C. **A maioria do PRONAF: uma avaliação crítica do programa de apoio à agricultura familiar em seus 18 anos de vida**. São Paulo: FEA-RP/USP, 2013. 26 p. (Texto para discussão, n. 6/2013).

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, v. 110, n. 1, p. 213-240, 2012.

DE SOUZA ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. Balanço sobre a reforma agrária brasileira nas duas últimas décadas. **Interciencia**, v. 38, n. 8, p. 563-569, 2013.

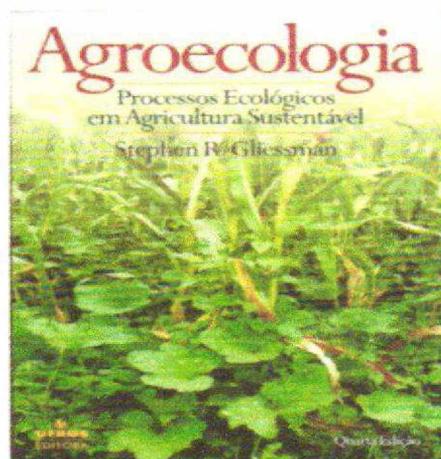
ANEXOS

Anexo A – Apresentação feita no Minicurso transição agroecológica



O que é Agroecologia?

- Agricultura baseada na sustentabilidade ecológica (ALTIERI, 1989)
- Integração da ecologia aos sistemas de produção agropecuários.
- Estudo de fenômenos ecológicos nos campos cultivados (predador/predado; cultivos/plantas espontâneas).



Fonte: Embrapa, 2018

Cont. Anexo A



Lei 10.831/2003 - Produção de Alimento Orgânico

- **IN no 17 de 2011: Produção vegetal - Fertilidade do solo:**
 - Reciclagem de matéria orgânica para a manutenção da fertilidade do solo;
 - Utilização de fertilizantes e corretivos baseada na análise da fertilidade do solo;
 - Lista de fertilizantes, corretivos e inoculantes permitidos para sistemas orgânicos de produção.
 - Ex.: Composto, vermicomposto, adubos verdes, dentre outros.
- **IN no 17 de 2011: Produção vegetal - Manejo de pragas e doenças:**
 - Proibição do uso de agrotóxicos sintéticos para combate ou prevenção de pragas e doenças;
 - Necessidade de assegurar diversidade na produção vegetal;
 - Lista de produtos fitossanitários permitidos para sistemas orgânicos de produção.
 - Ex.: Agentes de controle biológico, caldas, extratos de plantas, dentre outros.

Fonte: Embrapa, 2018

Cont. Anexo A

Embrapa



Consórcio de milho com
mucuna cinza

Fonte: Embrapa, 2018

Apêndice B – Relação dos assentados do PAM



CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTACÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT

Sistema: ZIPRA
Fonte: DT
Relatório: REL_ASS_PAM/A
Data de emissão: 24/03/2017

Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Lista Única, por SR/Projeto/Município/Código Beneficiário

SR	Nome Projeto	Município	Cod. Beneficiário	Nome(s) do(s) beneficiário(s)	Data Homologação no PNRA	Situação Atual
SR-12	SÃO LUIS		SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO MARANHÃO			
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000011	ANTONIO CARLOS DE SOUZA OLIVEIRA	18/11/1999	Assentado
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000007	ANTONIO SABINO VIEIRA	18/11/1999	Assentado
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000008	CLEANE PEREIRA DE SOUZA	18/11/1999	Assentado
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000028	ELICIANA PEREIRA DE SOUZA	02/12/2009	Assentado
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000003	FLINA ADELIA ARAUJO DE SOUZA	18/11/1999	Assentado
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000025	JACIRMA DOS SANTOS	02/12/2009	Assentado
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000006	JOSE CARLOS DE SOUZA	18/11/1999	Registro suspenso em virt
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000006	JOSE RUBERO DOS SANTOS	18/11/1999	Assentado
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000018	LUIS MARQUES ARAUJO	18/11/1999	Assentado
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000026	MARIA DE LOURDES DA SILVA ARAUJO	18/11/1999	Registro suspenso em virt
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000026	MANOEL RIBEIRO CARLOS DE SOUZA	18/11/1999	Registro suspenso em virt
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000002	MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA	18/11/1999	Assentado
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000008	MARIA DE JESUS SILVA DE CARVALHO ARAUJO	02/12/2009	Registro suspenso em virt
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000018	MARIA FLOR DE LIZ RIBEIRO	18/11/1999	Assentado
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000016	MARIA IRENEIDE DA SILVA ARAUJO	18/11/1999	Assentado
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000012	MARIA RIBEIRO DE SOUZA	18/11/1999	Assentado
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000027	NELSONE RIBEIRO CARLOS DE SOUZA	02/12/2009	Assentado
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000022	NEUDO JOSE SILVA ARAUJO	18/11/1999	Assentado
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000034	PAULO JOSE DE ARAUJO SOUZA	18/11/1999	Assentado
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02700000009	PEDRO RIBEIRO CARLOS DE SOUZA	18/11/1999	Assentado
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000010	RASSUNDO FERREIRA DE OLIVEIRA	18/11/1999	Assentado
MA0277000	PAM SÃO CRISTOVÃO 8		MA02770000017	RAMUNDO FERREIRA DE OLIVEIRA FILHO	18/11/1999	Assentado

1 - Suspenso em função de equívocos de seleção. Lei nº 3.829/90

4/62

Fonte: INCRA, 2018

APÊNDICE

Plano de Manejo Orgânico

1. Quais produtos vegetais você produz para o mercado orgânico?

()

Hortaliças: _____

() Plantas

Medicinais: _____

()

Frutas _____

() Outras culturas

Permanentes: _____

() Grãos e outras culturas

anuais: _____

2. Com que frequência você realiza o registro das operações?

() Diário

() Semanal

() Quinzenal

() Mensal

() Outra(as).

3. Como você realiza o manejo do solo para melhorar a fertilidade?

() Calcário

() Fosfato natural

() Cobertura morta

() Cobertura viva

() Compostagem

() Adubação verde

() Biofertilizante

() Outros:

4. Como você faz para melhorar a fertilidade do sistema?

Produto ou manejo	Onde (em que cultura)	Quando	Procedência interna/externa	Composição

5. Como controla pragas, doenças e plantas espontâneas?

Pragas ou doenças	Produto ou manejo	Onde e Quando	Procedência interna/externa	Composição

6. Quais as principais ervas daninhas/plantas espontâneas que ocorrem nas áreas de cultivo?

7. Como você faz o manejo e controle dessas plantas espontâneas?

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS - GEPQAM

DADOS PESSOAIS

Nome: _____

1. A família é composta de quantas pessoas?

2. Todos trabalham? () Sim () Não

3. O grupo familiar reside na comunidade há quanto tempo? _____

4. Renda familiar:

() Agricultura () Cooperativa () Bicos () Outro. Qual? _____

5. Participa de algum programa do governo federal?

() Sim. Qual? _____ () Não.

6. Recebe ajuda do governo?

() Bolsa família () Aposentadoria () Bolsa Escola

() Auxílio moradia () Outros.

Qual? _____

Como era a vida antes da conquista da terra:

7. Antes trabalhava: () Sim () Não

8. Em que trabalhava?

9. Como ocorrem os processos de produção agrícola?

() Manual () Técnico. () Outros.

10. Utiliza alguma tecnologia, seja no plantio ou na colheita?

() Sim. Quais?

() Não

11. Utiliza agrotóxico? () Sim () Não

12. Onde ocorre a produção?

() Nos lotes produção

() Nas áreas coletivas

() Outros. Quais?

13. Recebe assistência técnica de que natureza?

COMERCIALIZAÇÃO

1. Finalidade da produção?

() Subsistência e comercialização () Subsistência

() Comercialização () Outros. Quais?

2. A venda da produção acontece?

() Nas feiras livres () Nos mercados ou supermercados

() Atravessador () Escolas (parceria com a prefeitura local) () Outros. Quais?

Data __/__/__